ESTUDO DA ATITUDE DO ALUNO INGRESSANTE
NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PARA COM A DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA

DANIEL CARREIRA FILHO

Dissertação apresentada à Escola de
Educação Física da Universidade de
São Paulo, como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em
Educação Física.

ORIENTADOR: PROF. DR. VALDIR JOSÉ BARBANTI

Carreira Filho, Daniel

Estudo da atitude do aluno ingressante na Universidade de São Paulo para com a disciplina Educação Física / Daniel Carreira Filho. São Paulo : [s.n.], 1987.

Xii, 60p.

Dissertação (Mestrado) - Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Valdir José Barbanti

1. Educação Física Escolar I. Título

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão do presente trabalho.

Dedico esse trabalho aos meus pais, Daniel e Luiza, que permitiram, com muito sacrifício, a conclusão de meus estudos superiores.

Agradeço a inestimável colaboração e compreensão do Professor Doutor Valdir José Barbanti, meu orientador.

Agradeço ao Professor Doutor Antônio Boaventura da Silva pela oportunidade que me ofereceu para iniciar minha carreira no Ensino Superior.

Divido as alegrias da conclusão do trabalho com minha esposa Kinuko e filhos Priscila e Thiago que sempre estiveram ao meu lado sem medir esforços para, juntos, lutar pela efetivação da proposta.

Do amor dessas pessoas veio a força para conclusão de minha tarefa.

SUMÁRIO

	LISTA DAS TABELAS	vi
	LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	viii
	RESUMO	ix
	ABSTRACT	xi
1	INTRODUÇÃO	1
2	ESTUDO DO PROBLEMA	4
2.1.1	A educação no ensino do terceiro grau	5
2.2	A responsabilidade docente no ensino superior.....	9
2.3	Objetivos da Educação Física no ensino superior	11
2.4	A formação de atitudes	14
3	METODOLOGIA.....	16
3.1	Objetivo do estudo	16
3.2	Hipóteses	16
3.3	Delimitação do estudo	16
3.4	População alvo do estudo	17
3.5	Instrumento de pesquisa	23
3.6	Elaboração das questões atitudinais	24
3.7	Análise preliminar do instrumento de pesquisa	25
3.8	Poder de discriminação do item	25
3.9	Análise fatorial	26
3.10	Análise correlacional	26
3.11	Seleção dos alunos sujeitos da pesquisa	31
3.12	Aplicação do instrumento de pesquisa	32
3.13	Limitação do estudo	32
4	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	34

4.1	Característica da instituição de ensino	35
4.2	A prática da Educação Física Escolar	36
4.3	A prática extra-escolar	38
4.4	Questões atitudinais	40
5	DISCUSSÃO	43
5.1	Atitude dos alunos ingressantes na Universidade de São Paulo.....	45
5.2	Considerações a respeito da experiência extra-escolar	55
6	CONCLUSÃO	56
6.1	Sugestões	57
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

LISTA DE TABELAS

	Página
TABELA 1- Unidades de ensino da Universidade de São Paulo e vagas oferecidas pelo processo de seleção do Vestibular - FUVEST.....	17
TABELA 2- Distribuição de ingressantes na USP, pertencentes a população alvo do estudo, divididos em função de sexo e ano de nascimento (1967 a 1969)	19
TABELA 3- Amostra do estudo distribuída em função do sexo e ano de nascimento dos ingressantes na USP no ano de 1985.....	20
TABELA 4- Distribuição do total de alunos ingressantes na USP (1985) divididos por unidade de ensino, sexo e ano de nascimento (1964 a 1969)	21
TABELA 5- Distribuição dos alunos submetidos ao instrumento de pesquisa em função do sexo, unidade de ensino e ano de nascimento (1964 a 1969).....	22
TABELA 6- Valores da análise correlacional dos itens do instrumento preliminar de pesquisa	29
TABELA 7- Distribuição do número de questionários encaminhados, utilizados e anulados em função do sexo, ano de nascimento dos alunos submetidos ao instrumento de pesquisa	34
TABELA 8- Distribuição do número de alunos em função da característica da instituição escolar freqüentada	35
TABELA 9 - Distribuição do número de alunos em função da característica da instituição escolar freqüentada, sexo e grupo de séries	

escolares.....	36
TABELA 10- Distribuição do total de alunos participantes do estudo que praticaram a Educação Física em função dos diferentes níveis de ensino	36
TABELA 11- Distribuição dos alunos em função da experiência escolar (nos diferentes níveis e séries escolares) e extra-escolar (relação com os níveis de idade em que ocorreu a prática).....	37
TABELA 12- Modalidades esportivas praticadas fora do processo escolar em função do sexo	39
TABELA 13- Escores parciais e totais das questões atitudinais do instrumento de pesquisa	40
TABELA 14- Questões atitudinais e seus valores para a média, poder de discriminação, frequência e porcentagem para escolares de 1 a 4, frequência e porcentagem para escolares de 5 a 7 e fatores....	41
TABELA 15- Incidência da prática em função dos períodos de vida estabelecidos pela questão número 05 do instrumento de pesquisa e sexo dos participantes do estudo	41
TABELA 16- Distribuição dos escores obtidos para os itens do instrumento de pesquisa em função da experiência escolar dos alunos participantes do estudo.....	42
TABELA 17- Comparação dos escore geral e escore por experiência escolar de questões com índice de aprovação inferior a 64%.....	54

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEPEUSP	Centro de Práticas Esportivas da Universidade de São Paulo
C.F.E.	Conselho federal de educação
FUVEST	Fundação Universitária para o Vestibular
P.D.	Poder de discriminação
UNESCO	Organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura
USP	Universidade de São Paulo

R E S U M O

ESTUDO DA ATITUDE DO ALUNO INGRESSANTE NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PARA COM A DISCIPLINA EDUCAÇÃO FÍSICA

Autor: DANIEL CARREIRA FILHO

Orientador: PROF. DR. VALDIR JOSÉ BARBANTI

O estudo objetivou investigar a atitude dos alunos ingressantes, no ano de 1985 na Universidade de São Paulo, em relação a a disciplina Educação Física. A atitude dos alunos participantes da pesquisa foi estudada através de um questionário (escala tipo Likert) composto de 20 questões atitudinais relacionadas, principalmente, com os itens da legislação vigente em Educação Física e citações usuais em nossa sociedade. O instrumento de pesquisa foi submetido a três formas de análise no sentido de testar sua eficiência frente ao objetivo proposto, a saber : análise fatorial, análise correlacional e análise do poder de discriminação dos itens. O estudo foi realizado no Campus São Paulo da Universidade de São Paulo, com os alunos nascidos entre os anos de 1964 e 1969, participantes do processo de escolarização após os efeitos do Decreto Lei número 69.450, de 1º. de Novembro de 1971. Os alunos apresentaram uma atitude positiva, da ordem de 64,93% do escore total positivo possível, para o conjunto de itens do

instrumento de pesquisa. Observou-se que dentre os fatores analisados pelo instrumento destacaram-se como negativos : a) motivos para a dispensa da Educação Física; b) finalidade da prática da Educação Física; e c) substituição da prática. De acordo com os resultados do questionário, observou-se a contradição das respostas dadas às questões especialmente no que tange a valorização da prática da Educação Física como uma necessidade à vida de toda e qualquer pessoa, com valor de 94,90% de concordância em contraposição à dispensa das pessoas que não desejam a prática, com valor de 65,04% de concordância. O estudo mostrou a insuficiência de informações do primeiro e segundo graus de ensino quanto aos princípios, objetivos e critérios da Educação Física. O estudo mostrou ainda que, para o grupo investigado, a prática da atividade física extra-escolar parece não ter contribuído de forma acentuada na atitude desses alunos frente a disciplina.

Palavras-chave: Educação Física; Atitude; Ensino Superior

ABSTRACT

THE ATTITUDE OF NEW ENROLLED STUDENTES AT THE UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO REGARDING THE DISCIPLINE OF PHYSICAL EDUCATION

Author: DANIEL CARREIRA FILHO

Adviser: PROF. DR. VALDIR JOSÉ BARBANTI

The study has in view to investigate the attitude of new enrolled students in the year of 1985 at USP (Universidade de São Paulo) regarding the discipline of Physical Education. The attitude of the participant students of the research was been studied through a questionnaire (scale type Likert) composed of 20 questions related mainly with the items of the effective legislation in Physical Education and common citations in our society. The research instrument was submitted to three forms of analysis in the sense of test its efficiency opposite the proposed objective, as follows: factorial and correlational analysis and analysis of the power of discrimination of the items. The study was accomplished at the Campus São Paulo of USP (Universidade de São Paulo) , with students born in the period of 1964 to 1969, participants of the scholastic process after the effects of the Ordinance Law n. 68450 of November, 1st , 1971. The students presented a positive attitude of the possible positive total score for the group of items of the research. It was observed that among the analyzed factors of the research, outstanding as negatives were: a) reasons for not attending Physical Education; b) purpose of the practice and; c) substitution of the practice. In accordance with the results of the questionnaire, the contradiction of the answers were observed, especially those given to the questions related to the valuation of Physical Education practice as a need to the life of all and any person, with a value

of 94,90% of agreement in opposition to people not attendance with a value of 65,04 of agreement. The study showed the insufficiency of information of the 1st and 2nd grade of teaching regarding the principle, objectives and standards of Physical Education. It also showed for the analyzed group, the practice of extra-scholl physical activities seems not to have contributed in an accentuated way in the attitude of these students opposite to the discipline.

Keyword: Physical Education; Attitudes; University.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Física e o Desporto vem recebendo nos últimos anos a atenção de diversos segmentos da sociedade sendo, inclusive, alvo de "slogans" publicitários, programas de televisão e outros meios de divulgação. As campanhas em prol da Educação Física são muito mais freqüentes no momento que passamos, embora seus objetivos também se encontrem fortemente questionados uma vez que são costumeiramente associados ao consumismo de produtos esportivos. Esses questionamentos provocaram a realização de um sem número de seminários, congressos e encontros de professores de Educação Física nos últimos anos.

Os objetivos da Educação Física são definidos pela " Carta Internacional de Educação Física e do Desporto " como englobados ao processo da Educação.

A Educação Física e o Desporto, dimensões essenciais da Educação e da Cultura, devem desenvolver as atitudes, a vontade e o domínio de si mesmo e favorecer sua plena integração na sociedade. Deverá ser assegurada a continuidade da atividade física e da prática desportiva durante toda a vida , por meio de uma educação global, permanente e democratizada (COSTA,1971).

Observa-se a preocupação com a valorização da prática da Educação Física e do Desporto por toda a vida, ou seja, que o ser humano adquira o hábito de sua prática. O ensino de primeiro e segundo graus, dentro desse prisma, assumem significativo grau de importância frente a esse objetivo. Os programas de Educação Física desses dois segmentos de ensino deveriam contribuir para a incorporação, por parte dos alunos, do hábito da prática da Educação Física por toda a vida.

A legislação vigente da Educação Física brasileira não deixa clara essa preocupação. Pode-se inferir essa situação através do artigo terceiro do Decreto-lei

número 69.450, quando nele se observa, em dois incisos (I e II), a preocupação com a incorporação de hábitos sadios e hábitos higiênicos e não parece ter ficado suficientemente clara a preocupação com a incorporação do hábito da prática da Educação Física por toda a vida.

Para que o hábito da prática da Educação Física possa ser incorporado pelos alunos de primeiro e segundo graus é necessário que o processo dessa prática contribua para a formação de uma atitude positiva em relação a esta prática. Da mesma forma é necessário que o aluno, após concluir o ensino de segundo grau, tenha condições de analisar e selecionar a sua própria prática, independentemente da orientação direta de profissionais da Educação Física.

No entanto, de acordo com os dados oficiais de 1971, ano da efetivação do Decreto-lei número 69.450, *"apenas 8% dos alunos do ensino superior praticavam a atividade física de forma regular e orientada"* (COSTA, 1971).

A situação não parece ter sido modificada de maneira significativa até o ano de 1979, como se pode observar nos termos do documento apresentado ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras:

A despeito da exigência legal da Educação Física em todos os graus de ensino, desde 1961 (Lei Federal número 4.024 e Decreto Federal número 705) e sua regulamentação em 1971 (Decreto-Lei 69.450), observa-se, com raríssimas exceções, uma desconsideração, uma depreciação e até um desconhecimento da Educação Física como atividade escolar (SILVA, 1979).

A prática da Educação Física não se encontra incorporada pelo aluno do ensino de terceiro grau como se pode verificar pelo elevado número de alunos que são anualmente dispensados dessa prática (prevalecendo ainda o motivo de trabalho por mais de 6 horas diárias). Os motivos do abandono da prática da Educação Física são largamente veiculados, inclusive pelos próprios dirigentes .

Assim é que a Educação Física no ensino de terceiro grau vem sendo renegada pelos atuais dirigentes, como verdadeira "filha ilegítima" e como tal, deixando persistir aquela conceituação tradicional de atividade meramente auxiliar de entretenimento e distração, nem sempre considerada compatível com as atividades acadêmicas e culturais e jamais tida entre as necessidades primordiais de uma Universidade, inclusive para efeito de mero reconhecimento na carga horária semanal das várias Unidades de Ensino" (SILVA, 1979).

O aluno que atinge o terceiro grau ou que completa seus estudos do segundo grau já deveria ter incorporado hábitos de vida e de cultura que foram formados no decorrer dos seus anos de vida (experiências escolares e extra-escolares).

A Educação Física é um dos componentes no ensino de primeiro segundo graus, no entanto, no ensino de terceiro grau a sua existência poderá contribuir relativamente pouco para a incorporação do hábito da prática da Educação Física por toda a vida.

Assim é que o ensino de primeiro e segundo graus tem como uma de suas finalidades promover a incorporação do hábito da prática da Educação Física como fator de importância na manutenção do bem estar e da qualidade de vida do homem.

O processo de ensino da Educação Física de primeiro e segundo graus deveria, através de seus diferentes programas, promover a compreensão dos princípios básicos da prática da Educação Física. Tal procedimento permitiria ao aluno, após a conclusão do ensino de segundo grau, organizar, selecionar ou optar por uma ou outra prática. O conhecimento das múltiplas possibilidades de participação não atreladas única e exclusivamente à performance, o reconhecimento e respeito aos limites pessoais biologicamente determinados, as relações ente a prática e as capacidades, necessidades e interesses individuais etc., sem esquecer das questões de relacionamento sócio-afetivo inerentes ao Homem.

O presente estudo procurou estudar a atitude dos alunos ingressantes na Universidade de São Paulo frente a disciplina Educação Física, considerando a sua prática escolar e extra-escolar.

A atitude do aluno ingressante na Universidade de São Paulo reflete de forma significativa o seu passado em termos de experiências com a prática da Educação Física. O conhecimento desta atitude poderá servir para melhor definir as estratégias e conteúdos dessa prática no ensino de terceiro grau.

2 ESTUDO DO PROBLEMA

O interesse em estudar a "atitude do aluno ingressante na Universidade de São Paulo" teve como origem as seguintes premissas:

A legislação da Educação Física em vigor estabelece como um de seus objetivos a necessidade de incorporação de hábitos sadios ou higiênicos. Dentre esses hábitos encontramos a prática da Educação Física de forma regular por toda a vida. Subentende-se, a partir dessa afirmação que a prática da Educação Física no ensino de primeiro e segundo graus deve contribuir para a incorporação desse hábito. Aceitando como verdadeiras estas afirmações, qual seria a contribuição da prática da Educação Física no ensino de primeiro segundo graus para aquisição do hábito da prática da Educação Física?.

O ensino de primeiro e segundo graus têm despertado nos alunos o interesse pela prática da Educação Física ?

As atividades praticadas fora da escola (extra-escolares) colaboram para a aquisição desse hábito ?

O presente estudo pretende responder a essas indagações, possibilitando dar início a um processo de entendimento sobre as atitudes dos universitários perante a Educação Física que foram formadas no ensino de primeiro e segundo graus.

2.1 A Educação no ensino de terceiro grau

2.1.1 Aspectos legais

A Educação Física no terceiro grau de ensino encontra a definição de seus objetivos, pela primeira vez, no Decreto-Lei número 53.742 de 18 de março de 1964, (dispõe sobre a Educação Física e os Desportos) que apresenta a seguinte redação para seu artigo segundo:

"O PLANO DIRETOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DOS DESPORTOS OBJETIVA"

I - Assegurar conveniente e progressivo desenvolvimento das atividades físico-recreativas-desportivas no meio escolar universitário e na comunidade".

Assim, nota-se a preocupação com a prática da Educação Física, esportiva e recreativa no Ensino de Terceiro Grau, no entanto sem definir uma seqüência ou diferenciando objetivos ou estratégias.

Ao proceder a revisão da legislação sobre a Educação Física verifica-se um sem número de pareceres dos conselhos de Educação Federal, Estadual e Municipal, que tecem considerações a respeito da finalidade dessa disciplina. Nessa busca destaca-se o parecer número 257, de 2 de abril de 1971 do C.F.E.

A Educação Física deve começar, nas escolas primárias tomar o organismo ainda tenro, massa plástica a todas as impressões, para revigorá-lo e secundário para não ser abandonada durante o período dos estudos nas academias e universidades.

Acredita-se que os termos deste parecer representam uma tentativa de melhor definir a finalidade da Educação Física no processo de Educação Formal. Estas finalidades coincidem com os preceitos da carta internacional da Educação Física e do Esporte.

"A Educação Física e os Desportos constituem elemento essencial da educação permanente dentro do sistema global de Educação".

A Educação Física, compreendida como um dos meios para "favorecer os valores humanos fundamentais que servem de base para pleno desenvolvimento dos povos". Assim sendo a Educação Física, desenvolvida em todo o sistema de ensino, procurará favorecer a aquisição do hábito da prática da Educação Física por toda vida por todos os alunos.

As expectativas da perfeita integração dessa disciplina no sistema escolar, não foram atingidas conforme se pressupunha legalmente, na medida em que o próprio governo, ao avaliar a Educação Física e os Desportos no Brasil constatou, a quase inexistência dessa prática no ensino de terceiro Grau.

A Educação Física/Desportos no nível superior é assistemática e improvisada, com a participação avaliada em apenas 8% dos alunos matriculados.

No nível de ensino de terceiro grau a iniciativa das atividades desportivas ainda é dos alunos que, inclusive, cobrem parte dos custos, assim prevalece legalmente um enfoque de organização desportiva comunitária quando se trata essencialmente, de um problema ligado a própria organização universitária. (COSTA, 1971)

A Educação Física, portanto, não encontra sua integração no processo de Educação Formal, especialmente no terceiro grau e, ao mesmo tempo, no ensino de primeiro e segundo graus parece não ter favorecido a incorporação do hábito da prática da Educação Física, visto que apenas 8% dos alunos do ensino de terceiro grau participavam de atividades do gênero.

No mesmo ano em que se constatava, em nível oficial, essa distorção, o governo, no intuito de sanar as principais dificuldades do setor, aprovou o Decreto-Lei número 69.450, de 1 de novembro de 1971, que regulamentava o artigo 22 da lei número 4024, de 20 de dezembro de 1961.

O referido Decreto-Lei, aborda a Educação Física e os Desportos apresentando inúmeros artigos normativos que representam a tentativa de organizar e definir, com clareza, os objetivos e estratégias da Disciplina Educação Física em todos os níveis de ensino.

A Educação Física, a partir desse documento legal, é definida como um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da Educação Nacional.

Artigo Primeiro - A Educação Física, atividade que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora forças físicas, morais e cívicas, psíquicas e sociais do educando, constitui um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da Educação Nacional.

Artigo Terceiro.

III- No nível superior, em prosseguimento a iniciada nos graus precedentes, por práticas, com predominância desportiva preferentemente as que conduzam à manutenção aprimoramento da aptidão física, à conservação da saúde, à integração do estudante no Campus Universitário, à consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade.

A legislação, ao apresentar a Educação no ensino de terceiro grau, como a continuidade do processo iniciado no primeiro e segundo graus estabelece também que a referida disciplina deva assumir característica predominantemente desportiva.

Apesar dessa coerência, em nível de objetivos, o Decreto-Lei 69.450, nos artigos seguintes que tratam da operacionalização dessa disciplina, especialmente no ensino de terceiro grau, passa a apresentar itens controversos e conflitantes com os fins propostos.

A primeira controvérsia é encontrada no terceiro parágrafo do artigo terceiro:

"Nos cursos noturnos do ensino primário e médio, a orientação das atividades físicas será análoga a do ensino superior".

Observa-se que a premissa anteriormente defendida, no que diz respeito a seqüência de objetivos, deixou de ser respeitada. Considera-se que todos os alunos de curso noturno estão em uma mesma faixa etária e tiveram as mesmas experiências dos alunos do curso diurno. Logicamente essa premissa não corresponde a realidade dos cursos noturnos.

Acrescenta-se a esse equívoco os termos do inciso "a" do artigo 6 :

"Em qualquer nível de todos os sistemas de ensino é facultativa a participação nas atividades físicas programadas:

a) aos alunos do curso noturno que comprovarem, mediante carteira profissional, devidamente assinada, exercer emprego remunerado em jornada igual ou superior a 6 horas".

Acredita-se que os demais itens do artigo 6 colaboram de forma significativa para a própria extinção da Educação Física no processo de educação, pois ampliam as opções para o abandono dessa prática em todos os níveis de ensino, uma vez que são dispensados:

b) os alunos maiores de 30 anos de idade.

Através desse item a Educação Física deixa de ser, como previa o artigo primeiro do Decreto-Lei 69.450, um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da Educação Nacional, ou então os cidadãos com mais de 30 anos de idade não merecem o mesmo tratamento em termos de Educação.

c) os alunos que estiverem prestando serviço militar na tropa.

Acredita-se que o item "c" estabelece que a prática da Educação Física no Serviço Militar substitui a Educação Física que poderia ser realizada na Escola, além de desconsiderar o processo escolar como um conjunto de meios indispensáveis à educação.

d) os alunos amparados pelo Decreto-Lei número 1044, de 21 de outubro de 1969, mediante laudo médico do estabelecimento.

f) a aluna que tenha prole.

Os dois itens acima consideram que a atividade física constitui-se em prejuízo para as pessoas que apresentem qualquer problema de saúde ou as mulheres que tenham filhos. No caso da mulher a importância da prática da atividade física está intimamente relacionada com o nascimento dos filhos. Os itens "d" e "f" demonstram o profundo desconhecimento dos benefícios da prática da Educação Física como meio de reabilitação.

Acredita-se que a legislação da Educação Física no ensino de terceiro grau contribui muito mais para o surgimento de movimentos para a extinção do que propriamente para a sua incorporação no processo de Educação.

A compreensão da importância dessa disciplina na formação de crianças, jovens e adultos está longe de ser alcançada. O que se verifica são tentativas isoladas de um número ainda reduzido de Instituições. No ensino de terceiro grau essa desvalorização atinge níveis elevadíssimos, sendo que mais recentemente o próprio governo

admitiu a possibilidade de torná-la uma disciplina optativa no Ensino Superior. (COSTA, 1971).

2.2 A responsabilidade docente no ensino superior

O Decreto-Lei 69.450, determinou em seus artigos inúmeros itens que organizam e normatizam a Disciplina Educação Física. Ele se ocupou em determinar espaços mínimos, carga horária, frequência semanal etc.. No entanto, a definição do profissional que deve orientar essa prática não foi devidamente observada. A disciplina, como se verifica no referido Decreto-Lei, pode ser ministrada por alunos de Escola de Educação Física, atingindo inclusive o nível de monitoria a distância. A indefinição vai mais além quando permite o desenvolvimento das atividades por meio de clubes esportivos organizados e administrados pelos próprios alunos.

Para melhor analisar essa definição legal são reproduzidos os artigos e parágrafos que abordam o tema.

Artigo 13 - A prática da Educação Física no Ensino Superior será realizada por meio de clubes Universitários, criados segundo modalidades desportivas, ou atividades físicas afins na conformidade das instalações disponíveis, os quais se filiarão a Associações Atléticas da respectiva Instituição.

Parágrafo primeiro - Os clubes de que se trata esta artigo, administrativamente dirigidos pelos estudantes, desenvolverão atividades físicas supervisionadas pelos professores de Educação Física, por meio das quais os universitários saldarão os créditos a que estiverem obrigados.

Parágrafo segundo - Ao matricular-se em universidades ou escolas isoladas, o universitário filiar-se-á ao clube ou clubes de sua preferência.

Parágrafo terceiro - Por deliberação exclusiva dos próprios associados, cada clube poderá instituir taxa módica para melhoria das instalações e desenvolvimento das atividades e representações.

O artigo 13 estabelece que a responsabilidade pela atribuição dos créditos é dos alunos uma vez que a administração dos clubes é da competência dos alunos, apenas ocorrendo a supervisão por parte dos docentes.

Ao estabelecer o vínculo administrativo da Educação Física aos clubes Universitários, a legislação cria um curso paralelo no ensino de terceiro grau, totalmente desvinculado do processo de formação do universitária. As demais disciplinas do ensino de terceiro grau são desenvolvidas integralmente sob a responsabilidade de docentes e administradas pela Universidade.

Assim sendo, os alunos poderão organizar a Disciplina Educação Física da maneira que lhes convier sem observância dos princípios que norteiam essa atividade.

Essa estratégia poderia ser considerada, não fosse a Educação Física uma disciplina desintegrada do processo de escolarização do primeiro e segundo graus.

Acredita-se que a responsabilidade do desenvolvimento dessa disciplina, no ensino de terceiro grau, deva recair sobre profissionais especialmente preparados para essa missão. Essa premissa não é considerada pelo decreto na medida em que, através de seu artigo 14 atribui essa responsabilidade a alunos de escolas de Educação Física em caráter de prática de ensino.

Artigo 14 - Nas universidades onde houver Escolas de Educação Física, o professor de Educação Física será assessorado pelos alunos desta, em caráter de prática de ensino; nas demais e nos estabelecimentos isolados, por tantos monitores universitários julgados necessários.

A legislação vigente da Educação Física embora tenha colaborado para a definição de seus objetivos e estratégias de forma decisiva, colaborou também para o surgimento de mecanismos de abandono dessa prática nos diversos segmentos de ensino .

2.3 Objetivos da educação física no ensino superior

Os documentos legais apontam a disciplina Educação Física, no ensino de terceiro grau, como uma continuidade do processo de Educação formal (ensino de primeiro e segundo graus).

Ao adotar ou sugerir, como estratégia para disciplina Educação Física, no ensino de terceiro grau, o desenvolvimento das atividades nos clubes desportivos escolares, a legislação apresenta-se coerente em sua proposta. A lei, se cumprida nos moldes propostos, favoreceria a existência da prática regular da Educação Física nos currículos das escolas de primeiro e segundo graus e, conseqüentemente, o aluno deveria ingressar no ensino de terceiro grau após ter vivenciado, no mínimo, 11 anos de prática da Educação Física.

Acredita-se que esse período seria suficiente para a incorporação, por parte do aluno, do hábito da prática regular da atividade física. Assim sendo, no ensino de terceiro grau o aluno iria facilmente optar pela atividade que melhor atendesse suas necessidades, interesses e capacidades.

Para tanto a Educação Física desenvolvida no primeiro e segundo graus deveria contribuir para:

a) No aspecto motor

Dar condições ao aluno para praticar várias modalidades esportivas, ou seja, ter desenvolvido as habilidades relacionadas com os esportes.

b) No aspecto cognitivo

Possibilitar ao aluno a análise das diferentes opções de prática esportiva, a luz de informações sobre os princípios dessa prática.

Compreender os princípios da prática da atividade física e adequar suas opções e atividades relacionando-as com suas capacidades pessoais.

c) No aspecto afetivo

Incorporar o hábito da prática da Educação Física ou do desporto como um fator de importância na manutenção da saúde e na vida social.

Pode-se afirmar que o aluno, após o ensino de primeiro e segundo graus, poderia organizar a sua própria prática, independentemente da existência do ensino da Educação Física.

A Educação Física, sob esse prisma, perde a necessidade de sua obrigatoriedade devendo, coerentemente, ser encarada como uma atividade de caráter opcional.

Ao interpretar como desnecessária a obrigatoriedade da Educação Física no ensino de terceiro grau, é necessário também analisar a aprendizagem do adulto, uma vez que os alunos ingressantes na Universidade se encontram na fase final adolescência e início da idade adulta.

A prática da Educação Física por parte do adulto não foge a consideração apresentada. Obviamente a referência anterior sobre a aprendizagem não se reporta apenas ao que se realiza no sistema escolar, mas sim como *"aprendizagem no seu sentido mais amplo, ou seja, a recepção e adaptação mental de impressões, informações e experiências orientadas no sentido de ampliar, aprofundar e transformar os conhecimentos, conceitos, atitudes e comportamentos do indivíduo"*. (DOHMEM, 1981).

A Educação Física no ensino de terceiro grau, mesmo em caráter optativo, deve observar as características do fenômeno aprendizagem na idade adulta. Quer considerada como atividade optativa ou como obrigatória, ela deveria observar:

Mesmo tendo completado sua formação profissional ele (homem adulto) permanece na condição de aluno. Em vez de passar para o lado da geração experiente e "sábia", o adulto de hoje deseja e a bem da verdade, também, necessita continuar aprendendo pelo resto da vida (DOHMEM, 1981).

A aprendizagem de adultos constitui também, uma recepção e processamento de algo que eles mesmos não possuem e não conseguem desenvolver sozinhos. Por isso necessitam ser apoiados por especialistas e instituições sempre que desejam fazer uso desta ajuda (DOHMEM, 1981).

Os adultos não estão obrigados por lei a aprender. Sua aprendizagem é voluntária e nasce, em geral, de necessidades, experiências e interesses pessoais, que o adulto quer satisfazer da forma mais direta possível, ou

seja sem os grandes rodeios, dos programas sistemáticos de aprendizagem (DOHMEM, 1981).

Com base nos preceitos apresentados a Educação Física deveria assumir o caráter de prática optativa.

As responsabilidades das instituições de ensino superior, nesse contexto, seriam orientadas no sentido de:

- a) oferecer condições para a prática das mais variadas modalidades esportivas;
- b) oferecer programas de aprendizagem de modalidades esportivas em diferentes níveis (iniciação e aperfeiçoamento);
- c) promover o desenvolvimento de programas de informação teórica sobre a Educação Física e o esporte, no sentido de favorecer a prática após a fase de educação formal.

Acredita-se que, dentro de um processo significativo da prática da Educação Física no segmento de primeiro segundo grau, o ensino de terceiro grau poderia assumir caráter optativo e não obrigatório.

No entanto, a vista dos documentos legais existentes, dos mecanismos de "fuga" da prática da Educação Física, aliado a insuficiência de instalações apropriadas a prática da Educação Física, especialmente em instituições do ensino de terceiro grau, acredita-se que a Educação Física não se encontre em condições de assumir seu caráter opcional.

A prática opcional pressupõe a incorporação do hábito da prática regular da Educação Física. O aluno do ensino de terceiro grau, para continuar praticando a Educação Física, deveria apresentar uma atitude positiva em relação a essa prática.

O ensino de terceiro grau assumiria, nesta perspectiva, a função de oferecer a informação mínima necessária ao aluno, para a compreensão da importância da prática da Educação Física como uma necessidade à vida de todo o cidadão.

A Educação Física assume, de acordo com a situação atual do primeiro e segundo grau, a função de:

- a) Contribuir para a compreensão da Educação Física como atividade necessária à formação integral do ser humano;
- b) Contribuir para a formação de atitude favorável em relação à Educação Física;
- c) Favorecer prática de diferentes atividades que permitam a participação do aluno de acordo com as suas capacidades, necessidades e interesses.

Portanto a Educação Física apresenta um objetivo expresso em lei e outro de acordo com a situação atual do setor, ambas decorrentes da atitude favorável ou não apresentadas pelo aluno, ao ingressar no ensino de terceiro Grau.

Assim sendo, acredita-se que a Educação Física apresenta como objetivo o a formação de uma atitude favorável do aluno em relação à Educação Física.

2.4 A formação de atitudes

Considerando que o estudo procurou identificar a atitude dos alunos ingressantes na Universidade de São Paulo para coma disciplina Educação Física, considerando o ensino de primeiro e segundo graus como meios para a formação dessa atitude, faz-se necessário compreender o processo de formação da atitude.

Considerou-se, no estudo, que o ensino de primeiro e segundo graus tem a responsabilidade de colaborar para a formação de uma atitude favorável a Educação Física, atitude essa que permitiria ao aluno compreender a importância dessa prática para a sua vida. A atitude formada no decorrer dos anos escolares, favoreceria a incorporação do hábito da prática da Educação Física após a conclusão do ensino formal, atendendo aos objetivos da educação permanente.

A formação de atitudes, tem como bases teóricas as mesmas que são aplicadas às diversas áreas da pesquisa social.

O conceito de atitude tem uma posição central no domínio da psicologia, segundo MURPHY, MURPHY & NEW¹ citado por PASTORE (1971) " *talvez nenhum conceito, em todo o domínio da psicologia social, ocupe uma posição mais central do que o de atitudes*".

A formação de atitudes encontra-se intimamente relacionada com o processo de aprendizagem. Segundo as definições encontradas do conceito atitudes, acredita-se na sua total dependência do processo de aprendizagem.

ALLPORT citado por PASTORE¹ (1971) definiu atitude como, *um estado mental e neural de prontidão, organizado, através da experiência, exercendo uma influência diretiva ou dinâmica sobre a reação do indivíduo a todos os objetivos e situações com que se relaciona*. Considerou atitude como *"um todo apto a reagir de certa maneira*.

Reforçando a posição de ALLPORT encontramos "ENGLISH & ENGLISH¹ citado por PASTORE (1971), apresentando diretamente o aspecto do comportamento aprendido.

"Atitude é uma predisposição (aprendida) para se comportar de um modo consistente em relação a uma determinada classe de objetivos".

Ao desenvolver uma atitude o indivíduo adquire informações e sentimentos pelos processos de associação, reforço e imitação. Assim sendo, a atitude favorável ou desfavorável em relação a Educação Física pode ser resultado do processo de escolarização formal, ou seja, da Educação Física Escolar.

O processo desenvolvido no primeiro e segundo graus constitui-se o elemento preponderante na formação da atitude do aluno em relação à Educação Física.

¹ PASTORE, J. Medidas de atitudes. São Paulo, Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo, 1971 [Mimeografado].

3 METODOLOGIA

3.1 Objetivo do estudo

O presente estudo procurou investigar a atitude dos alunos ingressantes na Universidade de São Paulo frente a disciplina Educação Física como resultado de suas vivências no ensino de primeiro e segundo graus.

3.2 Hipóteses

O estudo procurou investigar a hipótese única referente atitude do aluno ingressante na Universidade de São Paulo assim descrita:

"O ensino de primeiro e segundo graus não contribuem para a formação de uma atitude favorável à prática da Educação Física".

3.3 Delimitação do estudo

O estudo foi realizado na UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO no ano de 1985 considerando como sujeitos da pesquisa os alunos ingressantes na Universidade através do processo de Exame Vestibular da Fundação Universitária para o Vestibular - FUVEST.

Optou-se por realizar o estudo na Universidade de São Paulo, Campus São Paulo, por duas razões básicas a) a existência neste Campus de um Centro de Práticas Esportivas (CEPEUSP) com instalações, apropriadas para o desenvolvimento das atividades da EDUCAÇÃO FÍSICA no ensino superior; b) o Campus São Paulo da Universidade de São Paulo concentra a maior parte dos alunos matriculados na Universidade.

3.4 POPULAÇÃO ALVO DO ESTUDO

O Campus São Paulo da Universidade de São Paulo - CIDADE UNIVERSITÁRIA ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA - BUTANTÃ - SÃO PAULO - reúne 22 Unidades de Ensino distribuídas em três grandes áreas em função dos cursos que desenvolvem a saber: área de Ciências Humanas, área de Ciências Biológicas e a área de Ciências Exatas.

Foram excluídas do estudo as Unidades de Ensino da Universidade de São Paulo situadas em Campus do Interior do Estado de São Paulo bem como as Unidades que não desenvolvem cursos de graduação.

TABELA 1 - Unidades de ensino da universidade de são paulo e vagas oferecidas pelo processo de seleção do vestibular - Fuvest

Código	Nome da Unidade de Ensino	Vagas
02	FACULDADE DE DIREITO	450
03	ESCOLA POLITÉCNICA	600
05	FACULDADE DE MEDICINA	240
06	FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA	40
07	ESCOLA DE ENFERMAGEM	80
08	FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS	1.630
10	FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA	100
12	FACULDADE DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO	480
14	INSTITUTO ASTRONÔMICO E GEOFÍSICO	40
16	FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO	150
23	FACULDADE DE ODONTOLOGIA	133
27	ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES	240
41	INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS	120
43	INSTITUTO DE FÍSICA	260
44	INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS	50
45	INSTITUTO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA	260
46	INSTITUTO DE QUÍMICA	60
47	INSTITUTO DE PSICOLOGIA	70
48	FACULDADE DE EDUCAÇÃO	120
	TOTAL DE VAGAS	5.123

Código = Código utilizado pela Universidade de São Paulo para identificar as diferentes Unidades de Ensino.

A Escola de Educação Física deixou de fazer parte do estudo uma vez que os alunos ingressantes na referida escola recebem no primeiro semestre de seu curso informações, através das diferentes disciplinas curriculares, a respeito da Disciplina Educação Física que permitem melhor interpretação dessa atividade interferindo diretamente no resultado esperado no presente estudo.

Da mesma forma os ingressantes na Faculdade de Ciências Farmacêuticas deixarão de fazer parte do estudo por terem participado, já no primeiro semestre de seu curso - primeiro semestre de 1985 - das atividades da Disciplina Educação Física na Universidade que engloba informações que interfeririam no resultado esperado no estudo.

Após a definição das Unidades de Ensino que fariam parte do estudo, num total de 19 Instituições, foram selecionados os alunos que efetivamente fariam parte da população alvo do estudo. Foram excluídos do estudo os alunos que se encontravam em um dos seguintes casos:

- a) ingressantes na USP em 1985 que já faziam parte do corpo discente da universidade;
- b) ingressantes na USP já possuidores de título universitário
- c) ingressantes na USP que se encontravam cursando outro curso de nível superior;
- d) ingressantes na USP procedentes de outros países;
- e) ingressantes na USP com idade superior a 21 anos de idade ou seja nascidos em anos anteriores a 1964.

Considerou-se para os itens "a", "b", "c" que a oportunidade de participação no processo de Educação Física no ensino de terceiro grau interferiria na atitude dos alunos frente à Educação Física.

Considerou-se para o item "d" que as diferenças culturais poderiam interferir na atitude dos alunos.

Finalmente para o item "e" considerou-se que a faixa etária dos 17 aos 21 anos (nascidos entre 1964 e 1969) constitui-se de alunos que vivenciaram o processo de educação física escolar após a aprovação do Decreto-lei número 69.450, de 1 de novembro de 1971, que definiu os objetivos dessa Disciplina no Sistema Educacional Brasileiro.

Para a obtenção da população alvo do estudo foram utilizados dois processos distintos de seleção dos sujeitos pertencentes ao estudo:

a) os itens correspondentes ao sexo idade (ano de nascimento) unidade de ensino e alunos ingressantes pela primeira vez na Universidade, foram obtidos através do Centro de Computação Eletrônica da Universidade de São Paulo;

b) os itens correspondentes à participação em curso superior, conclusão de curso superior e alunos de origem estrangeira foram obtidos através das primeiras questões do instrumento de pesquisa.

A população alvo do estudo apresentou a seguinte distribuição:

TABELA 2 – Distribuição do número de ingressantes na USP, pertencentes a população alvo do estudo, divididos em função de sexo e ano de nascimento (1964 a 1969)

SEXO	ANO DE NASCIMENTO						TOTAL
	1964	1965	1966	1967	1968	1969	
Masculino	274	409	515	473	30	03	1704
Feminino	191	350	431	390	17	00	1379
Total	465	759	946	863	47	03	3083

Após a definição da população alvo do estudo, apresentada na TABELA 2 com um total de 3083 alunos, sendo 1704 do sexo masculino e 1379 do sexo feminino procedeu-se a seleção da amostra do estudo.

Para a seleção da amostra do estudo adotou-se o procedimento proposto por KING (1978), considerando-se isoladamente as populações do sexo feminino e masculino.

Optou-se por considerar como limite de erro o valor de 5%. Aplicando-se essa porcentagem na escala proposta obteve-se o valor de 15% como índice a ser de seleção para definição da população alvo do estudo para cada sexo.

Aplicando-se o índice de 15% sobre a população alvo do estudo, obteve-se o total de alunos que seriam submetidos ao instrumento da pesquisa ou seja a amostra final do estudo conforme mostra a TABELA 3.

TABELA 3 – Amostra do estudo distribuída em função do sexo e ano de nascimento dos ingressantes na USP no ano de 1985

SEXO	ANO DE NASCIMENTO						TOTAL
	1964	1965	1966	1967	1968	1969	
Masculino	40	61	77	70	04	03	255
Feminino	29	52	65	59	02	00	207
Total	69	113	142	129	06	03	462

O número de sujeitos submetidos ao instrumento de pesquisa distribuído em função de sexo e ano de nascimento foi definido observando-se a porcentagem do número de ingressantes para cada idade e sexo. Essa porcentagem foi aplicada sobre a amostra total por sexo anteriormente definida pela porcentagem de ingressantes por sexo (TABELA 2).

Para a definição do total de alunos de cada Unidade de Ensino da universidade que fariam parte da amostra foi observado o seguinte procedimento :

a) computou-se o número total de ingressantes na USP no ano de 1985 divididos em função de sexo, ano de nascimento (1964 a 1969) e Unidade de Ensino (TABELA 4).

b) com base nos dados obtidos pelo procedimento acima foi encontrada a porcentagem relativa de cada Unidade de Ensino para com a população do estudo.

c) após a obtenção de todas as porcentagens relativas de cada Unidade de Ensino dividido por sexo e ano de nascimento aplicou-se essa porcentagem sobre os valores da TABELA 4 obtendo-se o número final de sujeitos do estudo (TABELA 5).

TABELA 4 – Distribuição do total de alunos ingressantes na USP (1985) divididos por unidade de ensino, sexo e ano de nascimento (1964 a 1969).

Unidade de	SEXO MASCULINO ANO DE NASCIMENTO						Total	SEXO FEMININO ANO DE NASCIMENTO						Total
	64	65	66	67	68	69		64	65	66	67	68	69	
02	23	38	71	58	4	0	194	9	18	39	45	1	0	112
03	36	71	119	179	14	1	420	5	7	10	16	1	0	39
05	5	15	34	41	2	0	97	7	22	44	37	1	0	111
06	0	1	0	0	0	0	1	3	7	10	7	0	0	27
07	0	1	0	0	0	0	1	12	20	20	8	0	0	60
08	84	81	53	22	2	0	242	87	121	111	81	2	0	402
10	2	13	20	10	1	0	46	4	11	12	16	0	0	43
12	34	44	46	42	1	1	168	10	25	25	6	1	0	77
14	4	3	9	0	0	0	16	0	0	1	1	0	0	2
16	6	16	24	14	1	0	61	9	13	19	21	2	0	64
23	5	6	13	17	1	0	42	4	15	24	24	0	0	67
27	4	19	23	13	1	0	60	6	21	25	28	1	0	81
41	9	10	10	8	1	0	38	3	12	19	11	3	0	48
43	29	44	37	24	1	0	135	2	15	14	11	0	0	42
44	7	4	8	6	0	0	25	0	3	5	6	0	0	14
45	21	31	35	29	1	1	118	11	14	22	25	2	0	74
46	4	6	9	7	0	0	26	0	2	8	6	3	0	19
47	1	4	3	3	0	0	11	5	6	8	14	0	0	33
48	0	2	1	0	0	0	3	14	18	15	17	0	0	64

TABELA 5 – Distribuição dos alunos submetidos ao instrumento de pesquisa em função do sexo, unidade de ensino e ano de nascimento (1964 a 1969).

Unida de	SEXO MASCULINO ANO DE NASCIMENTO						Total	SEXO FEMININO ANO DE NASCIMENTO						Total
	64	65	66	67	68	69		64	65	66	67	68	69	
02	03	06	10	08	01	00	28	01	03	06	07	00	00	17
03	05	10	18	26	02	01	62	01	01	01	02	00	00	05
05	01	01	05	06	01	00	14	01	03	07	05	00	00	16
06	00	01	00	00	00	00	01	01	01	01	01	00	00	04
07	00	01	00	00	00	00	01	02	03	03	01	00	00	09
08	12	12	08	03	00	00	35	13	18	17	12	00	00	60
10	00	02	03	02	00	00	07	01	02	02	02	00	00	07
12	05	06	07	06	00	01	25	02	04	04	02	00	00	12
14	01	01	02	00	00	00	04	00	00	01	01	00	00	02
16	01	02	03	02	00	00	08	01	02	03	03	00	00	09
23	01	01	02	03	00	00	07	01	02	03	01	00	00	10
27	01	03	03	02	00	00	09	01	03	04	04	00	00	12
41	01	01	02	01	00	00	05	00	02	03	02	00	00	07
43	04	06	05	04	00	00	19	00	02	02	02	00	00	06
44	01	01	01	01	00	00	04	00	01	01	01	00	00	03
45	03	04	05	04	00	01	17	01	02	03	04	01	00	11
46	01	01	01	01	00	00	04	00	00	01	01	01	00	03
47	00	01	01	01	00	00	03	01	01	01	02	00	00	05
48	00	01	01	00	00	00	02	02	02	02	02	03	00	09
Total	40	61	77	70	04	03	255	29	52	65	59	02	00	207

3.5 Instrumento de pesquisa

Considerando o objetivo do trabalho, " estudo da atitude do aluno ingressante na Universidade de São Paulo para com a disciplina Educação Física", foi necessário elaborar um instrumento de pesquisa que avaliasse a atitude desses alunos. Para atender a essa necessidade foi elaborado um questionário composto de duas parte distintas , a saber :

A) Primeira parte

Identificação do aluno e seu passado em termos de Educação Física Escolar e Extra-escolar.

Compuseram essa parte do instrumento as seguintes questões :

item	questão
01	Unidade de Ensino
02	Sexo
03	Data de nascimento
04	Características da prática da Educação Física
05	Características da prática da Educação Física extra-escolar
06	Identificação da prática desportiva extra-escolar

B) Segunda parte

Questões Atitudinais

Compuseram essa parte do instrumento de pesquisa 20 afirmações a respeito da Educação Física, para as quais o aluno deveria manifestar sua opinião, de acordo com os seguintes critérios: a) concordo plenamente, b) concordo, c) concordo em parte, d) não tenho opinião, e) discordo em parte, f) discordo, g) discordo plenamente

A segunda parte da questionário (questões atitudinais) constituiu-se de questões sobre a prática da Educação Física sendo que o aluno deveria manifestar sua opinião a respeito de afirmações apresentadas em cada uma das questões. A opinião poderia ser em diferentes níveis, conforme distribuição acima, que receberam valores de 1 a 7. Os valores atribuídos a cada afirmação variaram de

acordo com cada questão, sendo atribuído o valor 7 para a atitude positiva em relação a afirmação.

Assim sendo, as questões da segunda parte do instrumento de pesquisa, representaram uma escala de coerência interna, nos moldes propostos por LIKERT. Autores como BEST, enfatizam que a escala tipo LIKERT facilita a aplicação de itens estruturados, caracterizados pela eficiência, fácil aplicação, objetividade e análise (GOODE & HATT, 1979).

A escala tipo LIKERT é normalmente composta por cinco alternativas de escolha, das quais os sujeitos escolherão uma para cada item. No entanto, de acordo com inúmeros autores, quanto maior forem os itens de uma escala (escores) maiores serão as possibilidades de ampliação da fidedignidade e objetividade do instrumento.

3.6 Elaboração das questões atitudinais

As questões que fizeram parte do instrumento preliminar de pesquisa foram obtidas pelo seguinte processo:

- a) os itens do artigo sexto do Decreto-Lei número 69.450, motivos para a dispensa do aluno da prática da Educação Física Escolar;
- b) os objetivos da Educação Física no ensino de terceiro grau, expressos no referido Decreto-Lei;
- c) citações dos conselhos de educação Federal, Estadual e Municipal, justificando a necessidade de dispensar os alunos da Educação Física Escolar por vários motivos;
- d) afirmações encontradas nos documentos legais sobre a importância e benefícios da prática da Educação Física.

3.7 Análise preliminar do instrumento de pesquisa

Após a elaboração dos itens do instrumento de pesquisa (afirmações sobre a EDUCAÇÃO FÍSICA), procedeu-se à aplicação do instrumento junto aos alunos da Universidade de São Paulo, com o objetivo de testar a eficácia dos itens do instrumento em função do objetivo do estudo.

Nesse sentido, o instrumento de pesquisa foi aplicado em 683 alunos de diversas Unidades de Ensino da Universidade de São Paulo.

Os resultados obtidos a partir das respostas dadas pelos alunos foram submetidos às seguintes formas de análise:

a) análise de discriminação de itens, para determinar quais itens eram os melhores na discriminação entre os alunos com atitudes "positivas" e "negativas" em relação a Educação Física.

b) análise fatorial (tipo varimax) para determinar quais as dimensões de atitudes em relação a Educação Física foram medidas pelo instrumento.

c) análise correlacional para determinar quais itens foram mais sistematicamente "pesados" na determinação do escore geral do instrumento.

3.8 Poder de discriminação do item

Os resultados de cada aluno foram somados, item a item, obtendo-se o escore total individual, que foram hierarquicamente ordenados do mais alto para o mais baixo. Após esse procedimento considerou-se dois grupos distintos, assim compostos:

GRUPO ALTO - composto por 25% dos indivíduos de escore total mais alto no instrumento de pesquisa.

GRUPO BAIXO - composto por 25% dos indivíduos de escore total mais baixo no instrumento de pesquisa.

O poder de discriminação do item foi calculado, a seguir, com base na seguinte fórmula:

$$PD = \frac{DVE}{PMDVE}$$

DVE = diferencial de valor escalar
PMDVE = potencial máximo de diferença de valor escalar

os itens que apresentaram valores superiores a 0,50 foram considerados pertencentes ao instrumento de pesquisa, conforme preconizado por GOODE & HATT (1979).

3.9 Análise fatorial

Análise fatorial do tipo FATORES PRINCIPAIS (com repetições para determinação de comunalidades, seguidos por rotação VARIMAX), foi executada no sentido de determinar a estrutura do questionário. Através da análise foram obtidos seis fatores principais, a saber:

VALOR DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA
BENEFÍCIOS DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA
MOTIVOS PARA A DISPENSA DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA
SAÚDE E A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA
FINALIDADE DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA
SUBSTITUIÇÃO DA PRÁTICA NA ESCOLA

3.10 Análise correlacional

Esse tipo de procedimento consiste em relacionar cada item da escala com o escore total da mesma. O item que apresenta correlação próxima a zero deve ser examinado cuidadosamente pois é muito provável que seu conteúdo nada tenha a ver com o que a escala pretende medir ou, talvez, trata-se de um item de baixo poder discriminador (PASTORE, 1971).

Assim sendo, a análise correlacional foi utilizada como meio complementar de avaliação dos itens do instrumento. Seus dados foram associados

aos das demais formas de análise para a determinação dos itens do instrumento de pesquisa final.

Como resultado da aplicação dessas três formas de análise obteve-se a seguinte distribuição dos itens do instrumento preliminar:

FATOR 1 - VALOR DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Questão	Texto	P D
09	O Esporte e a Educação Física Constituem-se em um bem supérfluo à população brasileira	,44
11	A Educação Física não colabora para a melhora da saúde da população	,48
17	A Educação Física e o Esporte não devem ser obrigatórios, na escola, em qualquer nível	,71
21	A Educação Física e/ou Esporte interferem negativamente nas demais disciplinas acadêmicas	,94
22	A Educação Física e/ou Esporte praticados na escola colaboram ativamente na formação dos jovens e crianças	,84
23	A Educação Física e/ou Esporte não tem qualquer significado no processo escolar brasileiro	,67
24	Há maior importância em destinar o tempo livre para o lazer na Escola do que reservá-lo para a Educação Física Escolar	,63
25	Devem participar da Educação Física e do Esporte no Ensino Superior apenas os elementos que apresentam condições para serem atletas	,72

FATOR 2 - BENEFÍCIOS DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Questão	Texto	P D
01	A prática da Educação Física ou Esporte, de forma regular, constitui-se uma necessidade à vida de toda e qualquer pessoa.	,68
12	A prática da Educação Física Escolar facilita a integração social do homem	,74
13	A prática do Esporte ou Educação física é indispensável ao processo de escolarização	,84
15	A Educação Física e/ou Esporte são tão importantes para o estudante quanto as demais disciplinas do processo de escolarização formal	,82
18	A Educação Física e/ou Esporte constituem-se atividades indispensáveis para a formação de estudantes universitários	,71

FATOR 3 - MOTIVOS PARA A DISPENSA DA PRÁTICA

Questão	Texto	P D
02	Trabalhar por mais de 6 horas diárias é motivo para a dispensa do aluno das aulas de Educação Física	,78
14	A prática da atividade esportiva extra-escolar deve dispensar o aluno de seu compromisso com a prática da Educação Física na escola em qualquer nível	,65
16	A Educação Física e o Esporte na escola devem assumir caráter de obrigatoriedade apenas até a oitava série do primeiro grau	,78
19	A prática da Educação Física e/ou Esporte no Ensino Superior não deve ser obrigatória	,80

FATOR 4 - SAÚDE A PRÁTICA

Questão	Texto	P D
03	As pessoas portadores de moléstias cardíacas ou que apresenta deficiências ou limitações posturais devem ser afastadas da prática da Educação Física	,59
08	Uma pessoa que não tenha praticado qualquer atividade física ou Esporte até os 40 anos de idade não deve iniciar a prática após essa idade	,56
10	A prática da Educação Física ou Esporte após os 30 anos de idade constitui-se risco à saúde	,73

FATOR 5 - FINALIDADE DA PRÁTICA

Questão	Texto	P D
04	A maior parte das pessoas que procuram a Educação Física ou o Esporte desejam melhorar sua estética corporal (perder barriga)	,21
05	Reservar uma hora semanalmente para a prática da Educação Física ou Esporte é suficiente para se obter benefícios à saúde	,53
06	A prática da Educação Física ou do Esporte seguramente promove a perda de peso corpóreo do praticante	,53
07	Praticar esporte nos fins de semana constitui-se atividade salutar	,18
20	Na Universidade a prática da Educação Física deve se concretizar por meio de competições esportivas	,09

FATOR 6 - SUBSTITUIÇÃO DA PRÁTICA NA ESCOLA

Questão	Texto	P D
26	A Escola deve preocupar-se em atender os que desejam a atividade física e esportiva e dispensar os que deploram essas atividades	,64

A análise correlacional apresentou os seguintes resultados :

TABELA 6 - Valores da análise correlacional dos itens do instrumento preliminar de pesquisa.

Item	Valor	Item	Valor	Item	Valor	Item	Valor
01	0,257	02	0,257	03	0,200	04	0,064
05	0,168	06	0,185	07	0,091	08	0,248
09	0,149	10	0,305	11	0,156	12	0,345
13	0,412	14	0,235	15	0,395	16	0,305
17	0,272	18	0,390	19	0,398	20	0,092
21	0,346	22	0,476	23	0,183	24	0,250
		25	0,320	26	0,241		

Para a definição do instrumento de pesquisa final adotou-se os seguintes critérios:

- a) a questão deveria apresentar, poder de discriminação do item superior a 0,50;
- b) o item deveria apresentar, para a análise fatorial, (tipo varimax) valores superior a 150.

Os itens que atenderam simultaneamente aos dois critérios definidos foram incluídos no instrumento de pesquisa. Assim sendo, o referido instrumento de pesquisa foi elaborado com 20 itens assim divididos:

FATOR 1 - VALOR DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Questão	Texto
15	A Educação Física e Esporte não devem ser obrigatórios na escola em qualquer nível
16	A Educação Física e/ou Esporte interferem negativamente nas demais disciplinas acadêmicas
17	A Educação Física e/ou Esporte praticado na escola colabora ativamente na formação educativa dos jovens e crianças
18	A Educação Física e/ou Esporte não tem qualquer significado no processo escolar brasileiro
19	Há maior importância em destinar o tempo livre para o lazer na escola do que reservá-lo para a Educação Física Escolar
20	Devem participar da Educação Física e do Esporte no ensino superior apenas os elementos que apresentam condições para serem atletas

FATOR 2 - BENEFÍCIO DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Questão	Texto
01	A prática da Educação Física ou Esporte, de forma regular, constitui-se necessidade à vida de toda e qualquer pessoa
02	A prática da Educação Física Escolar facilita a integração social do homem
03	A prática do Esporte e Educação Física é indispensável ao processo de escolarização
04	A Educação Física e/ou Esporte são tão importantes para o estudante quanto as demais disciplinas do processo de escolarização formal
05	A Educação Física e/ou Esporte constituem-se em atividades indispensáveis para a formação de estudantes universitários

FATOR 3 - MOTIVOS PARA A DISPENSA DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Questão	Texto
06	Trabalhar por mais de 6 horas diárias é motivo para a dispensa do aluno das aulas de Educação Física
07	A prática da atividade esportiva extra-escolar deve dispensar o aluno do seu compromisso com a prática da Educação Física na escola em qualquer nível
08	A Educação Física e o Esporte na escola devem assumir caráter de obrigatoriedade apenas até a oitava série do primeiro grau
09	A prática da Educação Física e/ou Esporte no ensino superior não deve ser obrigatória

FATOR 4 - SAÚDE A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Questão	Texto
10	Uma pessoa que não tenha praticado qualquer atividade física ou esporte até os 30 anos de idade não deve iniciar a prática após essa idade
11	A prática de Esporte ou Educação Física após os 30 anos de idade constitui-se em risco à saúde

FATOR 5 - FINALIDADE DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Questão	Texto
12	Reservar uma hora semanalmente para a prática da Educação Física ou Esporte é suficiente para se obter benefícios à saúde
13	A prática do Esporte ou da Educação Física seguramente promove a perda do peso corpóreo do praticante

FATOR 6 - SUBSTITUIÇÃO DA PRÁTICA NA ESCOLA

Questão	Texto
14	A Escola deve preocupar-se em atender os que desejam a atividade física e esportiva e dispensar os que deploram essas atividades

3.11 Seleção dos alunos sujeitos da pesquisa

Para a obtenção dos alunos foi adotado o seguinte procedimento:

Dividiu-se o total de alunos da mesma classe (idade, sexo e Unidade de Ensino) pelo número de sujeitos necessários à amostra. O número obtido correspondeu ao intervalo entre os alunos a serem submetidos ao instrumento de pesquisa.

Após essa definição, sorteou-se um número de 1 a 10 para dar início ao processo de seleção e o número sorteado foi adotado como o elemento número 1 da contagem para a seleção dos sujeitos. Assim sendo, o processo de seleção dos sujeitos da pesquisa obedeceu a um processo randômico específico para cada classe.

No caso de ser necessário apenas um aluno de uma determinada unidade de ensino, idade e sexo, procedeu-se ao sorteio entre os alunos incluídos na classe.

3.12 Aplicação do instrumento de pesquisa

Após a seleção dos alunos a serem submetidos ao instrumento de pesquisa, (462 alunos) os questionários receberam uma folha de capa onde constava o nome do aluno, a unidade de ensino e o curso que freqüentava. Os questionários foram encaminhados às Unidades de Ensino da Universidade de São Paulo e apresentados aos alunos pelas respectivas seções de alunos.

Os alunos, após responderem ao instrumento de pesquisa, encaminharam-no à seção de alunos, já sem a folha de capa que identificava o questionário mantendo dessa forma o sigilo das informações.

No final do processo , os questionários foram recolhidos pelo pesquisador para a análise dos resultados.

3.13 Limitação do estudo

O estudo tem como principal limitação a própria definição do termo atitude. De acordo PASTORE (1971), "atitude corresponde a soma total das inclinações e sentimentos do homem, seus preceitos, noções, idéias, medos, ameaças e convicções a respeito de um tópico específico ". Considera ainda que " a opinião configura-se como a simbolização da atitude e, portanto, o veículo crucial para o estudo da atitude ".

Os três fenômenos, opinião, atitude e comportamento manifesto, não ocorrem juntos necessariamente, ou seja, encontram-se dissociados. Apesar dessa dissociação, a metodologia moderna continua desenvolvendo esforços no sentido de medir e compreender as atitudes através das verbalizações individuais, deixando

claro, porém, que a medida e compreensão das atitudes não significa uma previsão do comportamento individual.

Independente dessas preocupações, o conhecimento das atitudes constitui-se um poderoso auxiliar na previsão e aplicação de relações humanas. " O estudo das atitudes assume importância na medida em que se utiliza seus resultados em combinação com outras variáveis para a compreensão do comportamento humano " (PASTORE, 1971)

Sendo o estudo das atitudes um fenômeno de componentes cognitivos, valorativos e afetivos e de relativa estabilidade não há possibilidade de mensuração através de indicadores simples.

Assim sendo, o presente estudo caracteriza-se como, "estudo formulador ou exploratório devendo sempre ser encarado como o primeiro passo".

Estudo desse tipo têm como objetivo, familiarizar-se com o problema ou conseguir nova compreensão do mesmo, freqüentemente para formular um problema mais precioso de pesquisa ou criar novas hipóteses.

Observa-se também como limitação do estudo a preocupação do trabalho em considerar, na elaboração do instrumento de pesquisa, mais especificamente nas questões atitudinais, afirmativas extraídas dos documentos legais existentes, não lançando mão de formas mais abrangentes na escolha dos itens do instrumento. O estudo procurou analisar manifestações expressas em lei e sua interferência no processo escolar. Procurou-se manter a coerência do estudo com os objetivos propostos em lei e sua efetiva incorporação pelos alunos que concluíram o processo de escolarização de primeiro e segundo graus.

A partir do estudo deverão ser envidados esforços no sentido de encontrar mecanismos de avaliação do fenômeno, prática da Educação Física Escolar, com base em uma abordagem mais ampla e que leve em consideração aspectos extra-escolares com maior ênfase.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os itens deste tópico são apresentados em função da ordem das questões do instrumento de pesquisa.

TABELA 7 – Distribuição do número de questionários encaminhados, utilizados e anulados em função do sexo, ano de nascimento dos alunos submetidos ao instrumento de pesquisa.

Ano	MASCULINO			FEMININO			TOTAL			ANULADOS	
	Prev.	Úteis	%	Prev.	Úteis	%	Prev.	Úteis	%	Total	%
64	40	38	95.0	29	29	100	69	67	97.1	02	2.8
65	61	56	91.8	52	51	98.0	113	107	94.6	06	5.3
66	77	76	98.7	65	65	100	142	141	99.2	01	0.7
67	70	57	81.4	59	57	96.6	129	114	88.3	15	11.6
68	04	01	25.0	02	02	100	06	03	50.0	03	50.0
69	03	00	0.0	00	00	0.0	03	00	0.0	03	100
Total	255	228	89.4	207	204	98.5	462	432	93.5	30	6.4

Os dados da tabela nos permite afirmar que o processo adotado para a distribuição e arrecadação dos instrumentos de pesquisa foi adequado ao estudo. A forma adotada garantiu a devolução da totalidade dos instrumentos de pesquisa (n=432).

Do total de instrumentos aplicados observa-se que 95,3% dos mesmos foram utilizados no estudo por não apresentarem imperfeições no seu preenchimento, além de atenderem aos critérios estabelecidos para participação no estudo.

Os questionários inutilizados, total de 30 instrumentos, deixaram de fazer parte do estudo em função de :

a) 80% dos questionários apresentaram imperfeições no preenchimento dos dados por parte do aluno (n=24)

b) 20% dos questionários pertenciam a alunos que abandonaram o seu curso na Universidade (n=6)

Observou-se que os questionários encaminhados para ingressantes do sexo feminino apresentaram porcentagem de utilização no estudo superior aos questionários do sexo masculino, 98,5% e 89,4% respectivamente.

Verificou-se também a pequena porcentagem de participação no estudo dos questionários apresentados aos alunos nascidos nos anos de 1968 e 1969. Tais instrumentos foram apresentados a alunos que abandonaram seu curso na Universidade sem terem sequer freqüentado as aulas no primeiro semestre letivo.

Assim sendo, o estudo foi realizado com um total de 432 questionários correspondendo a 93,5% da amostra pretendida para o estudo (462).

4.1 Característica da instituição de ensino

Através da questão número 4 do instrumento de pesquisa procurou-se identificar a origem escolar dos alunos em termos de número de práticas semanais, característica da instituição de Ensino freqüentada (particular ou estadual) e anos escolares que foram divididos em três segmentos distintos; primeira à quarta série do primeiro grau; quinta à oitava série do primeiro grau e primeira à terceira série do segundo grau. A característica da Instituição escolar freqüentada foi dividida em duas opções, particular e estadual, englobando como estadual as instituições em nível municipal e federal.

Os dados referentes a questão número 4 foram colocados em duas tabelas distintas, uma que considera a freqüência escolar como um todo e outra que analisa os diversos segmentos anteriormente definidos e apresentados.

TABELA 8 – Distribuição do número de alunos em função da característica da instituição escolar freqüentada

TIPO DE INSTITUIÇÃO		MASCULINO	FEMININO	TOTAL
INSTITUIÇÃO PARTICULAR	N	82	82	164
	%	35,9	40,1	37,9
INSTITUIÇÃO ESTADUAL	N	82	63	145
	%	35,9	30,8	33,5
AMBAS INSTITUIÇÕES	N	64	59	123
	%	28,1	28,9	28,4

TABELA 9 – Distribuição do número de alunos em função da característica da instituição escolar freqüentada, sexo e grupo de séries escolares

SÉRIES	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	Particular	Estadual	Particular	Estadual	Particular	Estadual
1ª A 4ª	100	128	92	112	192	240
	43,8%	56,3%	45,0%	54,6%	44,4%	55,5%
5ª A 8ª	103	124	106	99	209	223
	45,1%	54,6%	51,9%	48,2%	48,3%	51,6%
1ª A 3ª	131	96	139	66	270	162
	57,4%	42,2%	68,1%	32,1%	62,5%	37,5%

Os dados apresentados pelas duas TABELAS (8 e 9) demonstram que a maior parte dos alunos que ingressam na Universidade freqüentaram instituições de ensino particular a medida que se aproximava o final do processo de ensino do primeiro e segundo graus. Observa-se também que a procura do ensino particular nas duas últimas séries do segundo grau é maior no sexo feminino (68.1%) do que no sexo masculino (57,4%).

Os dados da TABELA 9 demonstram claramente a existência do processo de valorização do ensino particular. Assim sendo, pode-se afirmar que a maioria dos alunos ingressantes na Universidade de São Paulo tiveram a oportunidade da prática da Educação Física no ensino de primeiro e segundo graus. (O ensino particular, por força de mecanismos legais, oferece a disciplina Educação Física em todas as séries escolares).

4.2 A prática da educação física escolar

A questão número 4 do instrumento de pesquisa forneceu também informações a respeito da prática da Educação Física nos diferentes níveis de ensino, ou segmentos do ensino, de primeiro e segundo graus.

TABELA 10 – Distribuição do total de alunos participantes do estudo que praticaram a educação física em função dos diferentes níveis de ensino.

SÉRIE ESCOLAR	NÚMERO DE ALUNOS	PORCENTAGEM
1ª A 4ª SÉRIE DO 1º GRAU	312	72.22
5ª A 8ª SÉRIE DO 1º GRAU	426	98.61
1ª A 3ª SÉRIE DO 2º GRAU	383	88.65

Os dados apresentados pela TABELA 10 demonstram a existência da prática da Educação Física por parte de 98,61% dos alunos da amostra. Observa-se que apenas seis alunos deixaram de participar de aulas de Educação Física no segmento quinta a oitava série do primeiro grau.

Os dados apresentados, considerados por segmento, nos permitem uma avaliação da prática da Educação Física em todo o processo de ensino de primeiro e segundo graus. Para melhor analisar a participação dos alunos em atividades de Educação Física Escolar e atividade física e ou esportiva extra-escolar, foi elaborada a TABELA 11. Os dados da referida tabela associam os resultados das questões números 4 e 5 do instrumento de pesquisa.

TABELA 11 – Distribuição dos alunos em função da experiência escolar (nos diferentes níveis e séries escolares) e extra – escolar (relação com os níveis de idade em ocorreu a prática).

	EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR						Extra escolar				
		A	B	C	D	E	F	G	H	Total	
EX TR A ES CO LA R	1	68	02	00	26	01	05	00	01	103	23,8
	2	63	04	00	18	00	03	00	00	88	20,3
	3	44	02	00	04	00	04	00	01	55	12,7
	4	27	01	00	04	00	00	01	00	33	7,6
	5	18	03	00	01	00	01	00	00	23	5,3
	0	70	09	00	39	00	10	00	02	130	30,0
Total		290	21	00	92	01	23	01	04	432	100
%		67,1	4,8	0,0	21,2	0,2	5,3	0,2	0,9		100

EXPERIÊNCIA ESCOLAR

- A – Experiência escolar de primeira série do primeiro grau a terceira série do segundo grau
 B – Experiência de primeira série do primeiro grau à oitava série do primeiro grau
 C – Experiência de primeira à quarta série do primeiro grau e primeira à terceira série do segundo grau
 D – Experiência de quinta à oitava série do primeiro grau e primeira à terceira série do segundo grau
 E – Experiência de primeira à quarta série do primeiro grau
 F – Experiência de quinta à oitava série do primeiro grau
 G – Experiência de primeira à terceira série do segundo grau
 H – Sem qualquer experiência em nível escolar

EXPERIÊNCIA EXTRA-ESCOLAR

- 1 – Experiência em um nível de idade
- 2 – Experiência em dois níveis de idade
- 3 – Experiência em três níveis de idade
- 4 – Experiência em quatro níveis de idade
- 5 – Experiência em cinco níveis de idade
- 0 – Sem qualquer experiência extra-escolar

Os dados da TABELA 11 permitem observar que uma porcentagem significativa de alunos, participou de programas de Educação Física em todas as séries do ensino de primeiro e segundo graus (67,1%). Por outro lado um número muito pequeno de alunos deixou de participar de programas de Educação Física escolar (0,9%). Observa-se também que 30% dos alunos nunca praticaram atividades físicas ou esportivas fora do segmento escolar .

Os alunos que não participaram de programas de Educação Física em todo o ensino de primeiro e segundo graus passaram, em sua grande maioria, pela experiência de quinta série do primeiro grau a terceira série do segundo grau (21,2%).

Essa opção torna-se mais freqüente no ensino estadual que oferece a disciplina Educação Física a partir da quinta série do primeiro grau. Em muitas escolas da rede estadual de ensino não existe ainda a prática da Educação Física de primeira à quarta série do primeiro grau.

4.3 A prática extra-escolar

Além das informações referentes a existência da prática da atividade extra-escolar procurou-se identificar as diferentes opções de prática adotadas pelos alunos participantes do estudo. Esses dados foram obtidos através da questão número 6 do instrumento de pesquisa.

TABELA 12 – Modalidades esportivas praticadas fora do processo escolar em função do sexo

MODALIDADES	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
SEM QUALQUER PRÁTICA	82	60	142
BASQUETEBOL	67	63	130
CAPOEIRA	01	00	01
HAPKI-DO	01	00	01
CONDICIONAMENTO FÍSICO	05	02	07
NATAÇÃO	11	25	36
TÊNIS DE CAMPO	03	01	04
RUGBY	01	00	01
FUTEBOL	04	00	04
JUDÔ	10	00	10
VOLEIBOL	4	9	13
GINÁSTICA OLÍMPICA	02	00	02
TAE-KWON-DO	01	00	01
KARATÊ	01	01	02
FUTEBOL DE SALÃO	01	00	01
TÊNIS DE MESA	01	00	01
ATLETISMO	02	01	03
REMO	01	00	01
BEISEBOL	01	00	01
KENDÔ	02	00	02
JAZZ	00	04	04
GINÁSTICA	00	10	10
YOGA	00	02	02
DANÇA	00	01	01
SOFTBALL	00	02	02
BALLET	00	03	03
KUNG-FU	00	01	01
NÃO INFORMADO	18	19	37
TOTAL	228	204	432

Observa-se, com base nos dados da TABELA 12, que a maior parte dos alunos praticou diversas modalidades esportivas durante sua vida, não se fixando em apenas uma atividade. Verifica-se também que um número bastante significativo de alunos não participou de atividades extra-classe.

4.4 Questões atitudinais

As questões atitudinais do instrumento de pesquisa, numeradas seqüencialmente de 1 a 20, constituem a principal fonte de informações do estudo.

TABELA 13 – Escores parciais e totais das questões atitudinais do instrumento de pesquisa

Questão número	ESCORE PARCIAL							ESCORE TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	
01	02	08	05	07	32	138	240	2,729
02	02	05	08	23	34	171	189	2,647
03	14	26	12	24	63	168	125	2,396
04	09	34	12	20	82	159	116	2,369
05	16	59	31	36	89	127	74	2,096
06	106	81	46	65	33	77	24	1,461
07	98	112	41	56	28	69	18	1,389
08	50	57	29	45	31	139	81	1,987
09	82	116	42	38	24	92	38	1,530
10	17	27	24	80	54	128	102	2,215
11	10	16	11	72	32	158	133	2,402
12	22	58	55	65	51	122	59	1,963
13	17	37	49	100	47	129	53	2,018
14	88	94	48	51	34	78	39	1,535
15	34	54	23	32	53	138	98	2,118
16	13	06	18	24	37	149	185	2,549
17	07	05	09	20	44	1936	154	2,580
18	28	36	32	51	30	140	115	2,195
19	23	43	30	119	54	117	46	1,969
20	09	16	10	20	18	136	223	2,618

Do total de instrumentos aplicados observa-se que 95,3% dos mesmos foram utilizados no estudo por não apresentarem imperfeições no seu preenchimento, além de atenderem aos critérios estabelecidos para participação no estudo.

Os questionários inutilizados, total de 30 instrumentos, deixaram de fazer parte do estudo em função de :

a) 80% dos questionários apresentaram imperfeições no preenchimento dos dados por parte do aluno (n=24)

b) 20% dos questionários pertenciam a alunos que abandonaram o seu curso na Universidade (n=6)

Observou-se que os questionários encaminhados para ingressantes do sexo feminino apresentaram porcentagem de utilização no estudo superior aos questionários do sexo masculino, 98,5% e 89,4% respectivamente.

Verificou-se também a pequena porcentagem de participação no estudo dos questionários apresentados aos alunos nascidos nos anos de 1968 e 1969. Tais instrumentos foram apresentados a alunos que abandonaram seu curso na Universidade sem terem sequer freqüentado as aulas no primeiro semestre letivo.

Assim sendo, o estudo foi realizado com um total de 432 questionários correspondendo a 93,5% da amostra pretendida para o estudo (462).

4.1 Característica da instituição de ensino

Através da questão número 4 do instrumento de pesquisa procurou-se identificar a origem escolar dos alunos em termos de número de práticas semanais, característica da instituição de Ensino freqüentada (particular ou estadual) e anos escolares que foram divididos em três segmentos distintos; primeira à quarta série do primeiro grau; quinta à oitava série do primeiro grau e primeira à terceira série do segundo grau. A característica da Instituição escolar freqüentada foi dividida em duas opções, particular e estadual, englobando como estadual as instituições em nível municipal e federal.

Os dados referentes a questão número 4 foram colocados em duas tabelas distintas, uma que considera a frequência escolar como um todo e outra que analisa os diversos segmentos anteriormente definidos e apresentados.

TABELA 8 – Distribuição do número de alunos em função da característica da instituição escolar freqüentada

TIPO DE INSTITUIÇÃO		MASCULINO	FEMININO	TOTAL
INSTITUIÇÃO PARTICULAR	N	82	82	164
	%	35,9	40,1	37,9
INSTITUIÇÃO ESTADUAL	N	82	63	145
	%	35,9	30,8	33,5
AMBAS INSTITUIÇÕES	N	64	59	123
	%	28,1	28,9	28,4

TABELA 9 – Distribuição do número de alunos em função da característica da instituição escolar freqüentada, sexo e grupo de séries escolares

SÉRIES	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	Particular	Estadual	Particular	Estadual	Particular	Estadual
1ª A 4ª	100	128	92	112	192	240
	43,8%	56,3%	45,0%	54,6%	44,4%	55,5%
5ª A 8ª	103	124	106	99	209	223
	45,1%	54,6%	51,9%	48,2%	48,3%	51,6%
1ª A 3ª	131	96	139	66	270	162
	57,4%	42,2%	68,1%	32,1%	62,5%	37,5%

Os dados apresentados pelas duas TABELAS (8 e 9) demonstram que a maior parte dos alunos que ingressam na Universidade freqüentaram instituições de ensino particular a medida que se aproximava o final do processo de ensino do primeiro e segundo graus. Observa-se também que a procura do ensino particular nas duas últimas séries do segundo grau é maior no sexo feminino (68.1%) do que no sexo masculino (57,4%).

Os dados da TABELA 9 demonstram claramente a existência do processo de valorização do ensino particular. Assim sendo, pode-se afirmar que a maioria dos alunos ingressantes na Universidade de São Paulo tiveram a oportunidade da prática da Educação Física no ensino de primeiro e segundo graus. (O ensino particular, por força de mecanismos legais, oferece a disciplina Educação Física em todas as séries escolares).

5 DISCUSSÃO

No estudo da atitude do aluno ingressante na Universidade de São Paulo, objeto do presente trabalho, muito embora calcado em afirmações encontradas nos documentos legais existentes e em vigor, considerou-se como verdadeiras as afirmações expressas nos textos legais uma vez se tratar de concepção da Educação Física em todos os níveis de ensino para o processo de escolarização formal brasileiro.

A atitude dos alunos foi medida em seis diferentes fatores obtidos por análises que consideraram a totalidade dos itens do instrumento de pesquisa e suas correlações. A análise que passamos a realizar considera que a qualidade da prática vivenciada pelos sujeitos da pesquisa ao longo de 11 anos de escolarização de primeiro e segundo graus.

Inicialmente observou-se que do total de alunos ingressantes na Universidade de São Paulo 62,50 % tiveram a oportunidade de freqüentar instituições de ensino particulares, especialmente nas três séries do ensino médio. Observou-se, também, que ao se aproximar do final o processo de escolarização de primeiro e segundo graus, os alunos migraram para o ensino particular (44,4% de primeira à quarta série do primeiro grau, para 48,3% de quinta à oitava série do primeiro grau e finalmente 62,5% no segundo grau).

Assim sendo, constatou-se que a população alvo do estudo teve, por força da aplicação dos mecanismos legais com maior ênfase e exigências sobre as instituições particulares de ensino, maiores oportunidade de vivência da prática da Educação Física Escolar.

Os dados referentes a prática da Educação Física nos diferentes níveis de ensino apresenta porcentagens de praticantes significativamente elevadas, sendo 72,22% de primeira à quarta série do primeiro grau, 98,61% de quinta à oitava série do primeiro grau e, 88,65% de primeira à terceira série do segundo grau).

As porcentagens de alunos que vivenciaram a prática da Educação Física ao longo de 11 anos do ensino formal demonstram que os ingressantes na

Universidade de São Paulo estiveram sob a influência de programas dessa disciplina o que os coloca em perfeita consonância com os objetivos do estudo.

Os dados demonstram, pela porcentagem superior no segmento de quinta à oitava série do primeiro grau, a diferença existente entre o ensino particular e estadual para a existência e "obrigatoriedade" da disciplina nos estabelecimentos de ensino freqüentados. Observa-se, pelos resultados do instrumento de pesquisa, que a prática da Educação Física no ensino estadual são relatados apenas após a quinta série do primeiro grau, o que confirma a inexistência dessa atividade nas quatro primeiras séries do ensino de primeiro grau.

A porcentagem dos alunos que participou das atividades da disciplina de quinta a oitava séries do primeiro grau (98,61%) confirmam a existência de programas para esse segmento em praticamente todas as escolas freqüentadas pelos sujeitos da pesquisa. Ao considerar-se a totalidade do processo de ensino verificou-se que 67,1% dos sujeitos da pesquisa participou de programas de Educação Física em todos os níveis de ensino (séries e graus). Portanto, o estudo conta com amostra significativa da população que permite identificar a atitude desses alunos frente a disciplina Educação Física após a vivência de 11 anos em programas dessa disciplina.

Paralelamente, a prática extra-escolar avaliada pela questão número 05 do instrumento de pesquisa, apresentou um quadro geral em oposição a prática escolar. O número de alunos que não praticou atividades fora do processo escolar, simultaneamente com processo formal, corresponde a 30% do total de alunos participantes do estudo. O número de alunos que participou de atividades extra-escolares cumulativamente com o ensino de primeiro e segundo graus (11 anos) foi significativamente reduzido, 5,3% da totalidade dos sujeitos da pesquisa.

Assim sendo, a prática extra-escolar não se apresenta como um fator consistente e com possibilidades de interferência na atitude dos alunos participantes do presente estudo. O número de alunos que participou de atividades físicas e esportivas em apenas um dos períodos de vida é também inferior ao encontrado para a prática escolar, atingindo a 23,8% do total de alunos. Essa participação, conforme verifica-se na TABELA 12, caracterizou-se pela multiplicidade das

atividades e com ênfase nas atividades de lazer. A maior parte dos praticantes não manteve sua prática no decorrer dos anos, especialmente ao se aproximar o ingresso na Universidade. Com a aproximação do ingresso no ensino de terceiro grau observou-se o encaminhamento para escolas particulares associado à redução da prática extra-escolar. De acordo com os dados obtidos, a prática extra-escolar ocorre com maior frequência no período compreendido entre 10 e 14 anos o que coincide, em termos de faixa etária, com a frequência de quinta a oitava séries do ensino de primeiro grau.

A prática extra-escolar nos permite apenas uma comparação entre praticante e não praticante de forma subjetiva. A informação de existência de prática extra-escolar não corresponde a uma prática orientada ou sistemática, caracterizando-se muito mais como uma atividade de lazer ou recreativa do que uma prática orientada por profissional e com objetivos de performance ou aprimoramento. Considerou-se a prática extra-escolar como um fenômeno que pode interferir na atitude do aluno frente a disciplina Educação Física, no entanto, face aos resultados obtidos, em grau de intensidade bem inferior ao da experiência escolar, objeto principal do estudo.

5.1 Atitude dos alunos ingressantes na Universidade de São Paulo

A discussão do tópico atitudes dos alunos foi elaborada em função dos fatores principais analisados pelo instrumento de pesquisa.

FATOR 1 - VALOR DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Considerando a totalidade das respostas apresentadas pelos alunos submetidos ao instrumento de pesquisa, não divididos por sexo ou experiência escolar ou extra-escolar, observou-se que:

- a) 74,45% dos alunos apresentam atitude positiva em relação ao conjunto de itens apresentados pelo fator.
- b) 25,54% dos alunos apresentaram atitude negativa em relação ao conjunto de itens apresentados pelo fator.

Ao se considerar isoladamente as questões do fator número 1 encontra-se a questão número 19 - "Há maior importância em destinar o tempo livre para o lazer na escola que reservá-lo para a Educação Física Escolar", apresentando os seguintes resultados:

a) 49,76% dos alunos manifestaram-se favoráveis a afirmação demonstrando uma atitude negativa em relação a existência dessa disciplina no currículo escolar. Consideram que o tempo livre é mais valioso para o aluno que a prática da Educação Física.

b) 50,23% dos alunos apresentaram atitude positiva em relação a existência dessa disciplina na escola.

Ao concordarem com a afirmação, os alunos apresentaram uma atitude negativa frente a disciplina pois, certamente, essa atividade seria substituída por qualquer outra prática de lazer considerada de maior importância. Ao considerarem como perfeitamente substituível no ensino os alunos demonstram em suas atitudes que os programas aos quais foram submetidos não permitiram a valorização dessa prática.

A questão número 15 - "A Educação Física e o Esporte não devem ser obrigatórios na escola em qualquer nível" obteve os seguintes resultados:

a) 33,10% dos alunos concordaram com a afirmação, atribuindo a essa disciplina relativo valor no processo de escolarização.

b) 66,89% dos alunos não concordaram com a afirmação valorizando a Educação Física no processo de escolarização formal.

Com base nos dados gerais apresentados, pode-se inferir que para a população alvo do estudo a Educação Física deve fazer parte dos currículos das escolas de primeiro e segundo graus pois sua importância para o processo de escolarização é considerada positiva. A Educação Física foi interpretada como necessária ao processo de formação dos jovens. Observou-se uma contradição com os resultados da questão 19 que nos permite inferir que os programas da disciplina mereceriam melhor análise uma vez que a maioria dos alunos (66,89%) consideram que a obrigatoriedade deve existir. Por outro lado poderia estar demonstrando que

os alunos somente participam das atividades da disciplina quando esta é imposta e ao torná-la opcional haveria o abandono por parte da maioria dos alunos.

FATOR 2 - BENEFICIO DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

a) 83,65% dos alunos apresentaram atitude positiva em relação a totalidade dos itens apresentados pelo fator.

b) 16,34% dos alunos apresentaram atitude negativa em relação a totalidade dos itens apresentados pelo fator.

Os sujeitos da pesquisa manifestaram atitude positiva em relação ao fator demonstrando que a prática da Educação Física se encontra atrelada a fatores intimamente relacionados a formação moral e cívica, conteúdo freqüente nos diversos programas de Educação Física e fortemente defendido no meio escolar. A Educação Física é vista como atividade disciplinadora pelos profissionais do ensino e reafirmada nas atitudes dos alunos.

Observou-se, para o item número 5 - " A Educação Física e/ou Esporte constitui-se atividade indispensável para a formação de estudantes universitários, pequena porcentagem de manifestações negativas em relação a questão, comparando-se com os resultados totais do fator.

a) 32,87% dos alunos manifestaram-se contrários a afirmação, ou seja, consideram a Educação Física como disciplina dispensável no ensino superior. Essa disciplina, segundo esses alunos não deveria ser obrigatória nesse nível de ensino.

b) 67,12% dos alunos consideram necessária a disciplina no ensino superior.

Essa manifestação, (questão número 5) destoou dos demais itens do fator que apresentaram, para a atitude negativa porcentagens inferiores a 18,00% (questão 1 = 5,09%, questão 2 = 8,79%, questão 3 = 17,59% e questão 4 = 17,36%).

O resultado de 32,87% encontrado para o item número 5 do instrumento de pesquisa demonstra a preocupação com a eliminação da obrigatoriedade da disciplina no ensino, atitude observada para o mesmo foco de atenções quando se

trata do ensino de primeiro e segundo graus (questão 8). Os demais itens do fator encaminham para valores sociais, morais e intelectuais supostamente atribuídos à disciplina e receberam elevados percentuais de aprovação (atitude positiva). No entanto, a porcentagem para a não obrigatoriedade nos permite indagar se a atividade contribuiu para a formação de atitude positiva ou apenas a incorporação de um discurso sem suporte nas ações dos alunos após o processo formal de escolarização ?

FATOR 3 - MOTIVOS PARA A DISPENSA DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

a) 62,15% dos alunos apresentaram atitude negativa em relação ao conjunto de itens do fator. Observou-se que os alunos concordam com os motivos apresentados para a dispensa da prática da Educação Física.

b) 37,84% dos alunos apresentaram atitude positiva em relação ao conjunto de itens do fator.

Observou-se que todos os itens do fator obtiveram valores considerados como atitudes negativas dos alunos frente às questões de eliminação da obrigatoriedade da prática em todos os níveis de ensino. Reforça-se a idéia de que embora considerada importante para a vida de todo e qualquer cidadão, a sua prática deve assumir caráter de espontaneidade ou opcional. A atitude negativa que o item apontou parece ter sua direção no sentido contrário ao proposto. Quanto mais tenho consciência de sua importância mais a considero como uma opção e não como uma obrigação.

Dentre os itens do fator, o item 8 "A Educação Física e o esporte na escola devem assumir caráter de obrigatoriedade até a oitava série do primeiro grau", apresentou valores inversos em relação ao total dos itens do fator.

a) 58,10% dos alunos manifestaram atitude positiva em relação ao item. A prática da Educação Física foi considerada, por parte desses alunos, como necessária em mais de um segmento do ensino.

b) 41,89% dos alunos manifestaram atitude negativa em relação ao item, ou seja, concordaram com a obrigatoriedade da disciplina apenas até a oitava série do primeiro grau.

A manifestação de uma atitude negativa em relação ao fator apresentado (fator 3) demonstra que a Educação Física de primeiro e segundo graus não contribui para a formação de uma atitude positiva em relação à prática da atividade física.

Ao concordar com os motivos para a dispensa da prática da Educação Física, os alunos não receberam no ensino formal informações suficientes que lhes permitissem avaliar de forma adequada os benefícios da prática da Educação Física. Acredita-se, da mesma forma, que ao ingressar no ensino superior esses alunos não apresentariam condições de avaliar e organizar a sua prática. Pode-se questionar se os benefícios e a importância da prática da atividade física (Educação Física) não seriam apenas manifestações de concordância passiva dos alunos. Tais atitudes poderão ser oriundas apenas do processo de informação geral pelo qual passa a Educação Física no país. (Slogans publicitários, por exemplo).

FATOR 4 - SAÚDE E A PRÁTICA DA ATIVIDADE FÍSICA

a) 70,25% dos alunos manifestaram atitude positiva em relação ao conjunto de itens do fator.

b) 29,74% dos alunos manifestaram atitude negativa em relação ao conjunto de itens do instrumento.

O fator 4 apresentou elevada porcentagem de concordância, ou seja atitude positiva, em relação ao aspecto atividade física e saúde. Considerando-o isoladamente dos demais itens do instrumento de pesquisa pode-se afirmar que os alunos dispõem de informações suficientes para interpretar a prática da atividade física sob condições adversas de saúde ou associadas à idade dos praticantes. Associando-se os itens deste fator aos itens do fator número 3, parece que essa compreensão não estaria integralmente associada ao processo de educação formal, mas sim a informações de outra origem, conforme se afirmou anteriormente.

A Educação Física recebeu ao longo dos anos de sua existência uma ligação muito mais íntima com aspectos biológicos que sociais, afetivos e cognitivos o que pode ter influenciado a atitude dos sujeitos da pesquisa.

FATOR 5 - FINALIDADE DA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

a) 46,64% dos alunos manifestaram atitude negativa em relação ao conjunto de itens do fator.

b) 53,35% dos alunos manifestaram atitude positiva em relação ao conjunto de itens do fator.

Os dois itens que foram analisados pelo fator número 05 apresentaram porcentagens de alunos com atitudes positivas e negativas muito próximas, não sendo possível identificar claramente a atitude dos alunos frente as duas questões. Considerando a importância das afirmações para com o processo da prática da atividade física de forma espontânea e regular por parte do aluno, parece que o processo de escolarização de primeiro e segundo graus não forneceu informações suficientes para a continuidade da prática de Educação Física após a conclusão dos anos escolares.

Questões, como as que foram apresentadas pelos itens 12 e 13 do instrumento, fazem parte das constantes indagações sobre a importância da prática da atividade física e seus objetivos. Inúmeras informações são veiculadas, pelos mais diferentes meios de comunicação, que fornecem a incorporação de conceitos pouco precisos sobre a atividade física e seus objetivos.

Outro conceito pouco claro aos alunos que participaram do estudo é o solicitado pelo item 13 do instrumento de pesquisa. Observa-se, comumente, a associação da prática da atividade física à perda do peso do praticante, fato que merece maiores atenções e estudos uma vez que não é somente com a prática da atividade física da Educação Física Escolar que se permite a conquista de tal objetivo.

FATOR 6 - SUBSTITUIÇÃO DA PRÁTICA NA ESCOLA

O fator número 6 foi obtido apenas pelo item número 14 do instrumento de pesquisa tendo apresentado uma atitude negativa dos alunos que participaram do estudo.

a) 65,04% dos alunos manifestaram atitude negativa em relação ao item apresentado.

b) 34,95% dos alunos manifestaram atitude positiva em relação ao item apresentado.

Se for considerado como um dos objetivos da Educação Física a aquisição do hábito da prática da atividade física por parte dos alunos, para que, após a conclusão do ciclo de estudos, eles continuem praticando a atividade, a substituição dessa participação constitui-se uma atitude negativa para com a Educação Física.

Considerando o instrumento como um todo (conjunto de itens) verificou-se que 64,93% corresponde a uma atitude positiva em relação a Educação Física e 35,06% corresponde a uma atitude negativa.

Estabelecendo-se esse valor como a média, observa-se que 12 itens do instrumento se encontram acima da média (+ de 65,00%). Com base nesse valor selecionou-se os itens com valores abaixo da média, obtendo-se o seguinte conjunto de itens:

- Trabalhar mais de 6 horas diárias é motivo para a dispensa do aluno das aulas de Educação Física (item 6 - 31,01%)
- A prática da atividade esportiva extra-escolar deve dispensar o aluno de seu compromisso com a prática da Educação Física na escola em qualquer nível (item 7 - 26,62%)
- A Educação Física e o Esporte na escola devem assumir caráter de obrigatoriedade apenas até a oitava série do primeiro grau (item 8 - 58,10%)
- A prática da Educação Física e/ou Esporte no ensino superior não deve ser obrigatória (item 9 - 35,64%)
- Reservar uma hora semanalmente para a prática da Educação Física ou Esporte é suficiente para se obter benefícios à saúde (item 12 - 53,70%)
- A prática do esporte ou da Educação Física seguramente promove a perda do peso corpóreo do praticante (item 19 - 53,00%)
- A escola deve preocupar-se em atender os que desejam a atividade física e esportiva e dispensar os que deploram essas atividades (item 14 - 34,95%)

- Há maior importância em destinar o tempo livre para o lazer na escola que reservá-lo para a Educação Física escolar(item 19 - 50,23%).

O conjunto de itens acima apresentados constituiu os pontos duvidosos do estudo. Os alunos que participaram do estudo apresentaram uma atitude negativa pouco clara a respeito desses itens. Considera-se que a possibilidade de dúvidas a respeito desses itens, especialmente aqueles com porcentagens abaixo de 60,00%, demonstra a ineficiência do ensino de primeiro e segundo graus em termos de Educação Física.

Os itens apresentados abordam, de uma forma geral, as possibilidades de afastamento do aluno da prática da atividade física, quer por motivos legais, quer por motivos sociais ou afetivos. Considerou-se que esses itens reproduzem os mitos e inverdades comumente apresentadas pelos mais diversos meios de comunicação de massa (rádio, televisão, jornais, etc.).

O instrumento como um todo apresenta uma atitude positiva em relação à Educação Física da ordem de 64,93% de aprovação da atividade. No entanto, esse valor não representa, em certos itens, uma atitude favorável. Observa-se uma incoerência de atitude, no conjunto do instrumento, quando comparamos o item 1 com os demais itens com valores inferiores a 64,93%.

Considerando a prática da Educação Física como uma necessidade à vida de toda e qualquer pessoa, parece contraditório concordar com a criação de mecanismos ou meios para a dispensa dos alunos da prática regular da atividade física e ou esportiva. Assim sendo, a atitude favorável apresentada pelos alunos merece ser melhor analisada como um conjunto e suas relações.

Associando-se as questões parece-nos que a atitude dos alunos frente a disciplina Educação Física sofreu maior interferência da própria sociedade, com seus modismos e mitos, do que propriamente do ensino de primeiro e segundo graus.

Ao considerar a prática da atividade física no processo de escolarização, faz-se necessário diferenciar as oportunidades de prática dessa atividade pelos alunos. O estudo pressupõe que a experiência escolar ou extra-escolar tenha

influenciado a atitude desses alunos frente à disciplina Educação Física. Para tanto, observou-se os grupos que apresentaram o maior número de alunos ou seja:

A - alunos que tiveram oportunidade da prática de Educação Física em todos os níveis de ensino (67,10%)

B - alunos que tiveram oportunidade da prática de Educação Física de primeira à oitava série do primeiro grau (4,8%)

D - alunos que tiveram oportunidade da prática da Educação Física de quinta à oitava série do primeiro grau e primeira à terceira série do segundo grau (21,2%)

F - alunos que tiveram oportunidade da prática da Educação Física de quinta à oitava série do primeiro grau (5,3%)

A porcentagem dos alunos abrangidos pelos quatro critérios apresentados corresponde a 98.40% dos alunos participantes do estudo."

De acordo com os dados obtidos pelo instrumento de pesquisa (TABELA 14) parece não existir uma associação direta entre a prática da Educação Física Escolar e a atitude dos alunos frente a essa disciplina.

Em termos de média dos escores obteve-se resultado superior no grupo de alunos que participaram de programas de Educação Física no período compreendido entre a primeira e a oitava série do primeiro grau. Os alunos que praticaram essa atividade em todo o seu ciclo escolar apresentaram a média dos escores inferiores a dos alunos que praticaram apenas de primeira à oitava série do primeiro grau.

Parece que a prática da Educação Física Escolar não contribui de forma decisiva na formação de uma atitude positiva ou negativa em relação a Educação Física uma vez que a participação em programas de Educação Física em todos os níveis não garante, ou melhor, não favorece uma atitude positiva superior em relação aos não praticantes.

Comparando-se os escores obtidos nas questões de números 6, 7, 8, 9, 12, 13, 14 e 19 (questões que apresentaram, no instrumento, média inferior a 64,00% de aprovação) obteve-se os seguintes resultados comparativos:

TABELA 17 - Comparação dos escore geral e escore por experiência escolar de questões com índice de aprovação inferior a 64%

Questão	Escore geral	Escore por experiência escolar			
Número	Média	A	B	D	F
06	3.38	3.51	3.60	2.92	2.85
07	3.21	3.19	3.31	3.44	2.88
08	4.59	4.66	4.40	4.33	4.64
09	3.54	3.69	3.91	3.09	3.21
12	4.54	4.64	4.23	4.41	4.11
13	4.67	4.65	5.13	4.63	4.90
14	3.55	3.58	4.42	3.43	2.86
19	4.55	4.54	4.93	4.57	4.29
Média	4.00	4.05	4.24	3.85	3.71

A - Experiência escolar em todos os níveis de ensino

B - Experiência escolar de primeira à oitava série do primeiro grau

D - Experiência escolar de quinta à oitava série do primeiro grau e de primeira à terceira série do segundo grau

E - Experiência escolar de quinta à oitava série do primeiro grau

Os dados apresentam pequena diminuição na média dos escores dos itens apresentados a medida que se observa a redução das experiências escolares. A prática da Educação Física em todos os níveis de ensino e a prática de primeira à oitava série do primeiro grau apresentam médias superiores as obtidas no instrumento de forma geral.

Observa-se ainda que quanto menor a prática escolar, menor é a média dos escores apresentados pelas questões. Tal observação sugere que a experiência escolar tenha interferido na atitude dos alunos de maneira positiva.

Os dados sugerem que o ensino de primeiro grau contribuir de forma mais significativa para a formação da atitude dos alunos sujeitos da pesquisa.

O abandono da atividade extra-escolar coincide com a redução da prática da atividade escolar e sua conseqüente formação de uma atitude negativa. De acordo com os dados obtidos (TABELA 15) observa-se a redução da participação em atividades extra-escolares a partir dos 14 anos de idade, ou seja, em meio ao ensino do segundo grau.

Parece que o ensino de segundo grau já se apresenta como o início da negação da prática da Educação Física obrigatória no processo de educação formal. Estaria o movimento da abolição da prática da Educação Física como disciplina obrigatória, iniciado no ensino superior, sendo encaminhado para o segundo grau? Parece que a Educação Física já se encontra em franco processo de desvalorização no próprio segmento de segundo grau de ensino.

5.2 Considerações a respeito da experiência extra-escolar

Os dados apresentados sobre a experiência extra-escolar dos alunos participantes do estudo não nos permitiram uma análise mais apurada. A prática extra-escolar dos alunos participantes do estudo não foi mantida concomitante com o processo de escolarização. De acordo com os dados apresentados (TABELA 15) observa-se que a prática extra-escolar foi mais freqüente entre 10 e 18 anos. Verifica-se, na mesma tabela, que a prática da atividade física extra-escolar diminui com o avanço da idade.

Outro ponto questionável do estudo consiste na característica da prática extra-escolar atestada pelo aluno. Verifica-se pela TABELA 12, que 142 alunos praticaram várias modalidades esportivas durante os seus períodos de prática e 37 não informaram a natureza de sua prática. A soma desses dois grupos de alunos (sem informação da prática e prática de várias modalidades) corresponde a 179 alunos, ou seja, 59,27% dos participantes.

Assim sendo, parece que a prática extra-escolar não contribui de forma significativa para a incorporação do hábito da prática da atividade física de forma regular. O estudo por sua vez, não aplicou questões que permitissem avaliar ou analisar essa prática. Acredita-se que para um estudo futuro deva-se incluir questões que detalhem de maneira mais significativa a prática extra-escolar.

Tomando por base apenas os dados do presente estudo parece que a prática da atividade física extra-escolar não contribui para a incorporação do hábito da prática da atividade física de forma regular.

6 CONCLUSÃO

Os dados obtidos no estudo, as vivências com os procedimentos metodológicos, as relações entre itens e tópicos nos permitiram elaborar algumas conclusões preliminares que merecem, sem sombra de dúvidas, novas investigações. Com base nos resultados do trabalho sentimo-nos na condição, como dever inerente ao próprio trabalho desenvolvido, de apresentar as seguintes colocações a título de conclusão do trabalho, sabendo-o não conclusivo e muito menos suficientemente abrangente para o tema proposto.

A primeira e, em nossa análise, irrefutável conclusão é a de que o ensino da Educação Física no segmento de primeiro e segundo graus parece não favorecer a incorporação do hábito da prática regular da Educação Física nos alunos ingressantes na Universidade de São Paulo no ano de 1985. Os dados conflitantes e contraditórios em muitos de seus itens demonstram que os programas de Educação Física, e mais especialmente a qualidade destes, muito pouco contribuíram para a conquista dos objetivos expressos em lei, bem como na formação de uma atitude favorável em relação a essa disciplina mesmo após 11 anos de vivência por parte dos ingressantes na Universidade de São Paulo.

Observou-se que os programas de Educação Física de primeiro e segundo graus, mesmo que vivenciada pela grande maioria dos alunos participantes do estudo por todo o período de escolarização formal, pouco ou nada contribuiu para a formação de uma atitude positiva em relação à Educação Física.

Muito embora não sendo objeto principal do estudo, a prática da atividade física extra-escolar parece também não ter colaborado para a incorporação do hábito da prática da atividade física de forma regular, observando-se muito mais um abandono das atividades durante os períodos de vida do que o crescimento e ou valorização dessas atividades com o passar dos anos.

Os valores obtidos pelo instrumento de pesquisa como um todo pareceram refletir uma atitude positiva em relação à Educação Física que, no entanto, ao se considerar isoladamente os itens e contrapondo-os o que se

observou foi uma forte contradição entre os itens submetidos à apreciação dos sujeitos da pesquisa.

Em suma, os alunos ingressantes na Universidade de São Paulo, no ano de 1985, apresentaram uma atitude negativa para com a disciplina Educação Física e a possibilidade de uma atitude positiva, respaldada pelos resultados globais, parece estar mais ligada a interferências de modismos e "slogans" publicitários do que a conceitos desenvolvidos após 11 anos de prática propiciada por essa disciplina no ensino de primeiro e segundo graus.

6.1 Sugestões

De acordo com o estudo apresentado, o ensino da Educação Física de primeiro e segundo graus carece de uma avaliação mais apurada especialmente no que diz respeito ao objetivo de favorecer a incorporação do hábito da prática da atividade física de forma regular. O ensino de primeiro e segundo graus deve ser provido de estratégias e conteúdos que despertem o gosto pela prática da atividade física nos seus alunos de forma a permitir a continuidade dessa prática após a conclusão do ciclo formal de estudos.

Quanto ao ensino de terceiro grau, parece urgente promover a criação de mecanismos que favoreçam, facilitem e incentivem a prática da atividade física regular nesse segmento. Observadas as capacidades, necessidades e interesses dos alunos do terceiro grau, deverão ser criadas opções para a realização dessa prática desprezando o caráter de obrigatoriedade. Essa oportunidade deve ser aproveitada em benefício do próprio aluno e da futura responsabilidade social do profissional oriundo do terceiro grau.

A revisão dos objetivos, conteúdos e estratégias do ensino da Disciplina Educação Física, em todos os níveis de ensino, parece ser indispensável à conquista do objetivo de incorporação do hábito da prática da atividade física por toda a vida de qualquer cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANDA, N.A.S À prática da atividade física e ou esportivas: interesses e atitudes dos alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, 1982 Dissertação (Mestrado). Escola de Educação Física e Desportos- Centro de Ciências da Saúde - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- BASSAB, P.S.J Ética médica nos desportos. Problemas Brasileiros, n.200, p. 04-20, 1981.
- BOTH, I.J Avaliação do curso de pedagogia face as necessidades do mercado de trabalho , Porto Alegre,1982 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Diretrizes de planejamento do MEC - Programação para 1983. Brasília, MEC,1983.
- BRUNER, J.S. O processo da educação. 7.ed. São Paulo, Nacional, 1978.
- CAMPBELL, D.E. Wear attitude inventory applied to junior high school boys Research Quarterly , v.39 n.4p. 888-99, 1968.
- CASTRO, C.M. A difícil escalada no rumo da Universidade. Revista Planejamento e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v1, n.10, p. 0-10, 1974.
- COSTA, L.P. da. Diagnóstico de educação física/desportos no Brasil. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, Fundação Nacional de Material Escolar, 1971
- DEMEL, M. Integração da educação física na educação. Boletim da Federação Internacional de Educação Física, v. 48 n. 3, p. 45-6, 1978.
- DOHMEM, G. A aprendizagem do adulto. Tecnologia Educacional, n. 40, p.3-9, 1981.
- FELOCK, T; STRAUB, W.F. Atitudes toward physical activity of delinquent and nondelinquent junior high school age girls. Research Quarterly , v.45, n. 1 p. 21-7, 1974.
- FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA PARA O VESTIBULAR. Vestibular 1983: relatório. São Paulo, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 1985.
- FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA PARA O VESTIBULAR. Vestibular 1985: manual de informações. São Paulo, 1985.

- GOODE, W.J ; HATT P.K. Métodos em pesquisa social. 7.ed. São Paulo, Nacional, 1979.
- KENYON, G. A conceptual model for characterizing physycal activity. Research Quarterly, v. 39, n. 1, p.96-104, 1968.
- KING. H. A Á nomogram to assist in planning surveys fo small (n 2,000)populations. Research Quarterly, v. 40, n. 4, p. 552-7, 1978.
- MEDINA, J. P. S. A Educação Física cuida do corpo ... e mente. Campinas, Papirus, 1983.
- OLIVEIRA, V. M. O que é educação física ?. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Carta Internacional da Educação Física e Desportos - manifestos. São Paulo, Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo, 1982.
- PASTORE, J. Medidas de atitudes. São Paulo, Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo, 1971. [Mimeografado].
- RIDDLE, P.K. Attitudes, beliefs, behavioral intentions, and behaviors of womem and men toward regular jogging. Research Quarterly, v. 4, n. 1, p. 21-7, 1974.
- SÃO PAULO (Cidade). Câmara Municipal. Ciclo de conferências do ano Internacional da Criança. A criança, prioridade um da cidade de São Paulo, São Paulo, 1979.
- SÃO PAULO, Leis e decretos, etc.. Resolução nº 1402, de 3º de março de 1978. Diário Oficial do Estado de São Paulo, seção I, pág 69, 1de abril. 1978.
- _____. Leis, decretos etc.. Resolução nº 1476, de 16 de junho de 1978. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Seção I. pág. 75, 17 de junho. 1978.
- SILVA, A.B. Pobre educação física brasileira. Revista da APEF. N. 14, p. 21-8, 1978
- _____. Considerações gerais em torno do Decreto Federal 69.450. Brasília, 1979. [Trabalho apresentado no conselho de reitores das Universidades Brasileiras].
- _____. Doutor, cuide também de sua saúde: pratique esporte. Carisma, v.2 , n. 3, p. 21-37, 1981.
- SOUZA, M. N. A Educação física no ensino superior. São Paulo, Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo, 1974.

TOLEDO, M.A.P. Legislação da educação física/desportos. São Bernardo do Campo s.ed., 1983.